



Universidade de Brasília - UnB
Instituto de Ciências Humanas - IH
Departamento de Serviço Social - SER/UnB

Beatriz Maria dos Santos

As Dimensões do Serviço Social e sua perspectiva emancipatória no
Trabalho com Grupos: O Projeto Cria-Ativa no Quilombo Urbano
Casa Akotirene

Orientadora: Profa. Dr^a. Janaína Lopes do Nascimento Duarte

BRASÍLIA, 2025.

Beatriz Maria dos Santos

As Dimensões do Serviço Social e sua perspectiva emancipatória no Trabalho com Grupos:
O Projeto Cria-Ativa no Quilombo Urbano Casa Akotirene

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao
Departamento de Serviço Social da Universidade
de Brasília, como requisito para a obtenção do
título de Bacharel em Serviço Social.

Orientadora: Profa. Dra. Janaína Lopes do Nascimento Duarte

BRASÍLIA, 2025.

BANCA EXAMINADORA

Orientadora: Dr.^a Janaína Lopes do Nascimento Duarte (SER/ UnB)

Presidente da Banca

Professora Dr.^a Anabelle Carrillo da Costa (SER/ UnB)

Membro interno (SER - UnB)

Jean Victor Cândido (CRESS-DF)

Membro externo

Agradecimentos

Agradeço primeiramente à Ifá a divindade norteadora da minha vida que me deu serenidade e fé para finalizar esta etapa com vitalidade e determinação. À minha amada esposa e companheira Íris Marques Patrício de Oliveira, que dentro de toda a correria da vida, dos desafios que vivemos, me trouxe em todos os momentos palavras de doçura, encorajamento e afeto durante este processo que foi um verdadeiro desafio. Desafio este, que vivemos e superamos juntas.

Agradeço ao meu mentor espiritual e amigo Henrique Araújo da Silva, que dentro de sua seriedade e palavras cortantes, me trouxe estímulo para não desistir. Agradeço à minha orientadora Dra. Janaína Lopes do Nascimento Duarte que foi parceira desde o nosso primeiro encontro até aqui, que topou essa jornada comigo apesar do tempo correr de nós e nós atrás dele. Agradeço por ter me dado o gás necessário para não deixar o cansaço vencer. Seus apontamentos e orientações foram extremamente importantes para a finalização deste trabalho e que sem eles, não haveria uma linha que fizesse sentido.

Agradeço ao Quilombo Urbano Casa Akotirene, por me ter permitido vivenciar um projeto tão lindo e potente. Por ter me dado outras perspectivas a respeito do que pode-se realizar quando nós acreditamos no potencial da periferia e no trabalho coletivo. Agradeço também, por ter fornecido o tema estudado nesse Trabalho de Conclusão de Curso, bem como os dados que são parte fundamental para a condução das reflexões nele presentes.

Por fim, agradeço a todos os meus familiares e amigos, que entenderam a minha ausência e minha resiliência para vivenciar e superar este processo que foi acima de tudo, um desafio particular contra mim mesma, *Orí olóore ori jè o, um Ori vencedor vencerá, Adupé (obrigada).*

Resumo

O presente estudo tem como objetivo refletir sobre a atuação do Serviço Social com grupos, compreendendo essa prática como parte do instrumental técnico-operativo da profissão, e considerando as potencialidades do Projeto Cria-Ativa como espaço de atuação profissional crítica na perspectiva emancipatória. A pesquisa foi de natureza bibliográfica, fundamentada em autores e autoras do Serviço Social que discutem a trajetória da profissão e sua inserção contemporânea. Também foram utilizados dados extraídos do relatório parcial de impacto do projeto, referente ao período de abril de 2024 a abril de 2025. A análise desse material permitiu compreender o desenvolvimento sócio-histórico do Serviço Social no Brasil, os desafios enfrentados e o processo que possibilitou sua consolidação como profissão organizada política e eticamente. Os resultados apontam para o potencial emancipatório da profissão e sugerem que espaços como o Quilombo Urbano Casa Akotirene podem e devem dialogar com o Serviço Social, fortalecendo a luta coletiva por uma sociedade mais justa, pautada na autonomia e voltada para os interesses da classe trabalhadora.

Palavras-chaves: Serviço Social; Dimensões do Trabalho Profissional; Trabalho com Grupos; Projeto Social Cria-Ativa.

Abstract

This study aims to provide a reflective analysis of the manner in which Social Work engages with collective entities, conceptualising this praxis as an instrumental component of the profession's technical-operational repertoire. Furthermore, it will consider the prospective merits of the Cria-Ativa Project as a conduit for critical professional action, as envisaged from an emancipatory standpoint. The research was of a bibliographical nature, drawing upon the works of prominent Social Work authors who have discussed the trajectory of the profession and its contemporary integration. Additionally, data from the project's partial impact report for the period from April 2024 to April 2025 was utilised. The analysis of this material enabled the comprehension of the socio-historical evolution of Social Work in Brazil, the challenges confronted, and the process that led to its consolidation as a politically and ethically organised profession. The results indicate the emancipatory potential of the profession and propose that spaces such as the Casa Akotirene Urban Quilombo should engage with Social Work, thereby strengthening the collective struggle for a fairer society, based on autonomy and geared towards the interests of the working class.

Keywords: Social Work; Dimensions of Professional Work; Working with Groups; Cria-Ativa Social Project.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	8
CAPÍTULO 1 O Serviço Social como profissão na sociedade capitalista – origens, trajetória e atualidade	11
<i>1.1. A gênese da profissão (anos 1930/1940/1950): Capitalismo, Estado, Questão Social e Políticas Sociais</i>	<i>11</i>
<i>1.2 O processo de renovação do Serviço Social no Brasil (anos 1960/1970/1980): bases para uma nova profissão no país e os frutos para a década seguinte</i>	<i>19</i>
<i>1.3 Os desafios atuais para o Serviço Social</i>	<i>22</i>
CAPÍTULO 2 As dimensões do trabalho do serviço social – técnico operativa, teórico metodológica e ético-política, com destaque para o trabalho com grupos na atualidade	25
<i>2.1 As dimensões do trabalho do Serviço Social e a particularidade da dimensão técnico operativa</i>	<i>25</i>
<i>2.2 A dimensão teórico-metodológica</i>	<i>27</i>
<i>2.3 A dimensão ético-política</i>	<i>31</i>
<i>2.4 O trabalho com Grupos na atualidade</i>	<i>32</i>
CAPÍTULO 3 O projeto ético-político do Serviço Social e o trabalho com grupos no Projeto Cria-Ativa no Quilombo Urbano Casa Akotirene: potencialidades emancipatórias de atuação profissional	36
<i>3.1 O projeto ético-político profissional do Serviço Social e seus desafios</i>	<i>36</i>
<i>3.2 O Trabalho com Grupos no Projeto Cria-Ativa no Quilombo Urbano Casa Akotirene: potencialidades emancipatórias de atuação profissional de assistentes sociais</i>	<i>41</i>
CONSIDERAÇÕES FINAIS	51
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	54

INTRODUÇÃO

O Serviço Social em sua trajetória teórica e política de formação, trabalho e luta, precisou se renovar, repensar, modificar-se para construir novos horizontes do seu fazer profissional e do entendimento do que é a profissão na sociedade. Hoje, constitui-se o Projeto Ético Político Profissional do Serviço Social que norteia a formação e o trabalho profissionais numa sociedade extremamente desigual e com suas diversas contradições, mas sempre visando garantir uma conduta mais equânime no que tange à perspectiva da garantia de direitos sociais.

O **tema** deste Trabalho de Conclusão de Curso é o Serviço Social abordado a partir da perspectiva do trabalho com grupo como um instrumental de viés emancipatório. O **objeto** estudado foi sobre a potencialidade do trabalho com grupos no Serviço Social na atualidade, a partir de um projeto social em Ceilândia como ação para uma emancipação de sujeitos que buscam seu lugar de direito na sociedade. Para fundamentar essa discussão, há uma **questão principal de pesquisa**: “O que hoje caracteriza o Serviço Social no trabalho com grupos e como se desdobra sua atuação na atualidade a partir do Projeto ético político e do Código de Ética de 1993?”.

Diante disso, este TCC tem como **objetivo** refletir sobre o trabalho do Serviço Social com grupos, enquanto instrumental técnico operativo na atualidade, considerando a potencialidade do Projeto Cria-Ativa como espaço de possibilidade de atuação profissional crítica na perspectiva emancipatória. É importante destacar que se entende as dimensões entre o Serviço Social e o trabalho com Grupos considerando sua potencialidade a partir da observação do Grupo atingido pelo projeto social Cria-Ativa, desenvolvido na periferia do Distrito Federal, na RA-IX Ceilândia. A instituição responsável pelo projeto é a Casa Akotirene Quilombo Urbano¹, fixada na comunidade como um espaço de acolhimento, não só, mas majoritariamente de mulheres mães solo, de crianças, de jovens e de pessoas LGBTQIA+. A instituição em questão ainda não conta com Assistentes Sociais em seu quadro, apresentando-se como espaço sócio-ocupacional possível.

¹ No contexto deste trabalho não foi realizada pesquisa de campo, porém a instituição autorizou o uso dos dados e a pesquisa acerca do trabalho realizado no projeto Cria-Ativa, bem como a menção do nome das responsáveis pela execução do projeto.

A **motivação** para a realização deste estudo vem da jornada profissional dessa autora que é voltada, quase exclusivamente, para a atuação com as comunidades de periferia através de projetos sociais, que buscam, por meio de capacitações, oferecer ferramentas para que esses sujeitos se insiram com dignidade no mercado de trabalho. Isto no sentido de possibilitar a formação em determinado “fazer profissional”, de modo que possam alcançar uma possibilidade autônoma de garantia da sua sobrevivência e das suas famílias, por meio da profissionalização de jovens e adultos em diversos cursos profissionais.

A **metodologia** adotada baseia-se nos procedimentos: 1) revisão bibliográfica referente ao tema de estudo, cujas palavras chaves foram Serviço Social e trabalho com Grupos; e 2) pesquisa documental, através da coleta e análise de formulários, analisados durante o período de Abril de 2024 e Abril de 2025, referente ao diagnóstico de impacto social gerados pelo Projeto Cria-Ativa, contendo o perfil dos participantes do projeto a partir de indicativos de cor, raça, escolaridade e gênero.

Assim, este trabalho, realiza um resgate do que o Serviço Social foi e do que ele é na atualidade, compreendendo a profissão na sociedade, a fim de refletir sobre as alterações no trabalho com Grupos nas comunidades. Não se pretende esgotar o tema “Serviço Social e o trabalho com grupos”, mas ressaltar a importância do estudo sobre os instrumentais técnico-operativos em relação à perspectiva teórico-metodológica e ético política atuais, a partir do projeto ético político profissional, a fim de contribuir com uma intervenção que esteja no caminho das perspectivas de emancipação da classe trabalhadora.

A **relevância social** deste estudo encontra-se na necessidade de um debate contextualizando os aspectos do trabalho do Assistente Social com grupos na contemporaneidade. Logo, é importante retomar alguns conceitos do passado ao passo que se observa o desdobramento do fazer profissional no presente, lançando luz para novas formas de pensar e intervir na realidade atual, de forma crítica e sintonizada com o Projeto Ético Político Profissional do Serviço Social e com o Código de Ética de Assistentes Sociais de 1993.

Ademais, os resultados deste estudo encontram-se organizados a partir deste TCC, sendo estruturado em três capítulos: No Capítulo 1 será traçado um panorama sócio-histórico sobre as origens do Serviço Social como profissão na sociedade capitalista, seus desdobramentos políticos e sua renovação enquanto profissão até o momento atual,

considerando suas marcas históricas e sua luta contra o conservadorismo ainda presente. No Capítulo 2 serão abordadas as dimensões do trabalho do Assistente Social que são: a dimensão teórico-metodológica, dimensão ético-política e dimensão técnico-operativa, enquanto expressões da totalidade concreta em que se insere o fazer profissional, destacando as possibilidades do trabalho com grupos na atualidade. Por fim, no Capítulo 3 será realizada uma análise de documentos institucionais, por meio de formulários gerados pelo Projeto Criativa no Quilombo Urbano Casa Akotirene, buscando construir caminhos reflexivos sobre como pode este projeto ser um espaço de possibilidade de atuação profissional crítica de Assistentes Sociais, diante da perspectiva emancipatória contida no Projeto Ético Político Profissional do Serviço Social.

CAPÍTULO 1

O SERVIÇO SOCIAL COMO PROFISSÃO NA SOCIEDADE CAPITALISTA – ORIGENS, TRAJETÓRIA E ATUALIDADE

1.1. A gênese da profissão (anos 1930/1940/1950): Capitalismo, Estado, Questão Social e Políticas Sociais

A consolidação da profissão de assistente social no Brasil está profundamente imbricada com as transformações sociais e econômicas que marcaram as décadas de 1930, 1940 e 1950. Esse período foi decisivo para a gênese do Serviço Social brasileiro, tendo como pano de fundo o avanço do capitalismo industrial, a reconfiguração do papel do Estado e a intensificação da chamada *Questão Social*². Os sentidos sócio-históricos que permeiam a concepção do Serviço Social enquanto profissão, são de fundamental importância para que possamos compreender as dimensões desta área de conhecimento, bem como seu movimento de transformação ao longo da história.

Refazer este caminho é necessário para que se possa compreender o que é a profissão nos dias atuais, seus limites e potencialidades, compreendendo que suas protoformas (entendidas como suas manifestações primeiras), e suas bases teórico-metodológicas que ao longo do tempo se modificaram e confirmam marcas à profissão.

No Brasil, a economia transmutava-se do modelo econômico rural/ agrário para o industrial urbano entre as décadas de 1920 e 1930 marcando sua completa saída da República Velha. Havia em curso a consolidação de um mercado de trabalho característico do capitalismo, com *modus operandi* de exploração extrema e com o adendo de uma preocupação da Igreja Católica com ideais socialistas que passavam a insurgir na sociedade; servindo como mote para as diversas tentativas de controle social por parte da Igreja.

² A "questão social", entendida como as expressões das desigualdades geradas pelo capitalismo — como pobreza, desemprego, precarização do trabalho e marginalização de grupos populares — passa a ser tratada não mais apenas como um problema moral ou de caridade, mas como uma preocupação do Estado. A resposta estatal a essas expressões dá origem às políticas sociais, que surgem tanto como estratégias de controle social quanto como forma de assegurar a reprodução da força de trabalho. Ver Parte II do livro *Relações Sociais e Serviço Social*, (Iamamoto; Carvalho, 2006, p. 125-136).

A estruturação de um “mercado de trabalho generalizado”, parafraseando Iamamoto e Carvalho (2006, p. 125), é o que revela a “questão social” e incide sobre os operários e suas famílias, que vendem sua força de trabalho aos empregadores, sendo, em escala geral expropriada. A classe trabalhadora já não tinha sobre si o jugo de “senhores”, mas sim, o dos donos da indústria capazes de moldar e determinar suas condições de vida.

Neste contexto, por seu passado recente, como bem afirma Iamamoto e Carvalho (2006), no Brasil a questão social, está intimamente ligada à generalização do trabalho dito livre. Isto é o que provoca a migração para os grandes centros urbanos, os altos números de desemprego e a pauperização da vida social da classe trabalhadora, criando uma série de conflitos e contradições na dinâmica das relações sociais, ao passo que a sociedade se torna cada vez mais complexa em sua totalidade.

A questão social não é senão as expressões do processo de formação de desenvolvimento da classe operária e de seu ingresso no cenário político da sociedade [...]. É a manifestação, no cotidiano da vida social, da contradição entre o proletariado e a burguesia, a qual passa a exigir outros tipos de intervenção, mais além da caridade e repressão (IAMAMOTO E CARVALHO, 2006, p. 77).

Novas dinâmicas sociais, se tornam cada vez mais emergentes e vão eclodindo nas diversas camadas da vida e nas relações sociais da classe trabalhadora. Segundo Iamamoto e Carvalho (2006, p. 126), os trabalhadores são submetidos a uma exploração abusiva através de extensas horas de trabalho, a condições de moradia insalubres, transformando o cotidiano num conjunto de mazelas que os empurra paulatinamente para um abismo social. Os movimentos insurgentes contra a exploração violenta do capital, por meio da mobilização desses trabalhadores, formam um corpo ascendente que infere certo grau de resistência ao conjunto de desigualdades impostas aos trabalhadores, na tentativa de acautelar-se contra a grande máquina de moer que é o capitalismo.

A exploração abusiva a que é submetido - afetando sua capacidade vital - e a luta defensiva que o operário desenvolve aparecerão, em determinado momento, para o restante da sociedade burguesa, como uma ameaça a seus mais sagrados valores, “a moral, a religião e a ordem pública”. Impõe-se, a partir daí, a necessidade do controle social da exploração da força de trabalho. A compra e venda dessa mercadoria especial sai da pura esfera mercantil pela imposição de uma regulamentação jurídica do mercado de trabalho através do Estado (IAMAMOTO; CARVALHO, 2006, p. 126).

A Igreja Católica tem terreno fértil para as práticas sociais da cristandade, graças aos acontecimentos políticos³ e sociais que se desenvolvem, numa tentativa de combater as expressões da Questão Social. O clero exercia um papel fundamental e tinha como inspiração a doutrina social cristã. Em especial, o elenco de normas e orientações presentes nas encíclicas *Rerum Novarum* (1891) e *Quadragesimo Anno* (1931)⁴. A Igreja então, buscava enfrentar a "questão social" de forma conciliadora, combatendo a influência das ideias de cunho social presente nas reivindicações da grande massa de trabalhadores que seguia sendo explorada. De acordo com Iamamoto e Carvalho (2006, p. 77), o Serviço Social foi, portanto, gestado como um instrumento de "pacificação social", voltado à moralização das classes populares e à integração das massas à ordem capitalista em formação.

A intelectualidade católica procurará a adaptação à realidade nacional do espírito das Encíclicas Sociais *Rerum Novarum* e *Quadragesimo Anno*, munindo a hierarquia e o movimento laico de um arsenal de posições, programas e respostas aos problemas sociais, ao formular uma via cristã corporativa para a harmonia e progresso da sociedade: Deus é a fonte de toda justiça, e apenas uma sociedade baseada nos princípios da cristandade pode realizar a justiça social. (IAMAMOTO E CARVALHO, 2006, pág. 158)

No Brasil, há um grande número de instituições ligadas ao clero que foram geridas e encabeçadas pelas filhas da burguesia paulistana, como menciona Cardoso (2016, p. 435), assim como no exemplo europeu, diversas outras instituições de caridade foram inauguradas com articulações diretas com o Estado e fundos suficientes para a potencialização de suas obras e propagação da sua ideologia como caracteriza Iamamoto & Carvalho (2006, p. 166).

À exemplo deste processo, ocorre o surgimento da primeira escola de Serviço Social no Brasil em 1936, sendo idealizada pela Igreja na figura das *Damas de Caridade*⁵, figuras que Cardoso (2016) e Iamamoto e Carvalho (2006) intitulam e/ou vinculam ao nome de filhas da burguesia paulistana, com a perspectiva de missão social feminina. Não se pode aqui afirmar que estas senhoras foram incentivadas pelo tédio, apontando para uma caracterização particularizada. Porém, as ações que surgiram como resposta ao contexto de acirramento da questão social dada por elas, fazendo alusão a uma conduta moralizante que

³ As Leis Sociais [...] se colocam na ordem do dia a partir do momento em que as terríveis condições de existência do proletariado ficam definitivamente retratadas para a sociedade brasileira por meio dos grandes movimentos sociais desencadeadoras para a conquista de uma cidadania social (IAMAMOTO; CARVALHO, 2006, P. 126).

⁴ Encíclicas papais escritas pelos Papas Leão XIII e Papa Pio XI, utilizadas como manual da ação cristã como respostas à Questão Social.

⁵ Damas de Caridade é o termo referente à ação social realizada por mulheres católicas, que realizavam obras de caridade. Habitualmente essas senhoras pertenciam às famílias da burguesia e da política.

introduz sua intervenção no tecido social como resposta divina às mazelas, resultaram do aguçamento da questão social, sendo altamente endossada pelo clero.

No que tange a esfera do Estado, a década de 1930 foi marcada, segundo Iamamoto e Carvalho (2006), pela construção de um modelo de Estado repressor que intervinha na organização corporativa, canalizando para a sua órbita os interesses divergentes que emergem das contradições entre as diferentes frações dominantes.

As medidas tendentes à integração do proletariado durante esse período e especialmente na década de 1920 não podem ser, no entanto, inteiramente subestimadas. Em 1925 é criado o Conselho Nacional do Trabalho e, em 1926, a ortodoxia liberal da primeira Constituição republicana é parcialmente rompida. Por meio da Emenda Constitucional a legislação do trabalho passa à alçada do Congresso Nacional, abrindo-se o caminho à intervenção do Estado na regulamentação do mercado de trabalho. Nesse ano e no seguinte, são aprovadas leis que cobrem uma parcela importante da chamada “proteção ao trabalho”, como a lei de férias, acidente de trabalho, código de menores, trabalho feminino, seguro-doença etc. A precária aplicação dessa legislação se limitará, nos dois principais centros urbanos, a alguns setores, principalmente não industriais, como ferroviários, marítimos e portuários, de grande participação estatal (IAMAMOTO E CARVALHO, 2006, p. 132).

O Serviço Social foi alocado, neste bojo de complexidades, para atuar como um mediador dessa nova configuração, cumprindo funções de controle e regulação do comportamento da população pobre e trabalhadora. Segundo Iamamoto e Carvalho (2006, p. 19), os rumos que essa instituição progressivamente assume são analisados tendo por elemento determinante a “correlação de forças entre as classes fundamentais da sociedade”.

Considerando que a inserção do Estado⁶ neste contexto não se deu de forma autônoma tampouco gratuita, faz parte desta retomada atribuir ao mesmo o seus status de origem, ele foi convidado a gerir os conflitos insurgentes entre trabalhadores e empregadores da indústria, especialmente no que tange às ações dos trabalhadores que exigiam melhores condições de vida e trabalho. Iamamoto e Carvalho (2006), também afirmam que o Estado é partícipe como um elo entre Igreja e Capital transformando-se num grande cabo que tenciona ora em benefício do capital, ora oferecendo alguma providência para a classe trabalhadora por meio de políticas sociais.

⁶ “[...] O Estado passa a intervir diretamente nas relações entre o empresariado e a classe trabalhadora, estabelecendo não só uma regulamentação jurídica do mercado de trabalho, através de legislação social e trabalhista específicas, mas gerindo a organização e prestação dos serviços sociais, como um novo tipo de enfrentamento da questão social” (Iamamoto; Carvalho, 2006, p. 77).

[...] dá-se a articulação das funções econômicas e políticas do Estado burguês no capitalismo monopolista: para exercer, no plano estrito do jogo econômico, o papel de “comitê executivo” da burguesia monopolista, ele deve legitimar-se *politicamente* incorporando outros protagonistas sócio-políticos. O alargamento da sua base de sustentação e legitimação sócio-política, mediante a generalização e a institucionalização de direitos e garantias cívicas sociais, permite-lhe organizar um *consenso* que assegura seu desempenho (NETTO, 1992, p. 23).

Desde a inauguração da primeira escola em Serviço Social no Brasil em 1936, Cardoso (2006, p. 431) afirma que a “formação de Assistentes Sociais passou por muitas mudanças, mudanças essas ideológicas, doutrinárias e também críticas”. Tão logo o sujeito sem trabalho era um sujeito socialmente ocioso e inclinado à vadiagem, aos vícios e a uma vida desregrada, segundo os dogmas da Igreja Católica, estas eram condições que depositavam esses sujeitos nas gavetas obscuras da sociedade. Neste contexto, a Igreja, possui uma relação um tanto quanto simbiótica com o Estado, sendo, como analisam Iamamoto & Carvalho (2006), responsável pela organização e reprodução da vida social, atuando neste cenário de constantes exigências pelo devido reconhecimento do trabalho realizado pela classe operária.

Em 1938, será organizada a Seção de Assistência Social, que, tendo por finalidade “realizar o conjunto de trabalhos necessários ao reajustamento de certos indivíduos ou grupos às condições normais de vida”, organiza para tal: o Serviço Social dos Casos Individuais, a Orientação Técnica das Obras Sociais, o Setor de Investigação e Estatística e o Fichário Central de Obras e Necessitados (IAMAMOTO E CARVALHO, 2006, p. 175).

A década de 1940 representou um momento de consolidação institucional do Serviço Social no Brasil, intensificando-se o seu papel enquanto profissão tecnicizada, voltada ao atendimento das manifestações da questão social no contexto urbano-industrial.

A partir dos anos 1940, o conservadorismo católico começa a “ser tecnificado” ao entrar em contato com o Serviço Social norteamericano e suas propostas de trabalho permeadas pelo caráter conservador da teoria positivista focada na aparência dos fatos, no âmbito da experimentação e da fragmentação, não apontando para mudanças, somente as permitidas dentro da ordem vigente (DUARTE, 2019, p. 9).

Iamamoto e Carvalho (2006) destacam que a formação profissional nesse período estava centrada em uma concepção tecnicista e conservadora, distante de qualquer compreensão crítica da realidade social. Havia uma separação entre teoria e prática, com forte ênfase em técnicas de atendimento individual, influenciadas pelo modelo norte-americano outrora baseados nos estudos de Mary Richmond.

[...] tínhamos uma formação que buscava dar bases teóricas e doutrinárias para o profissional a fim de capacitá-lo a compreender a realidade social com um olhar

voltado para a dita normalidade, as disfunções, perturbações e patologias às quais os indivíduos estavam sujeitos para que o profissional pudesse intervir na cura, ajustamento e adequação destes às normas sociais e aos padrões de normalidade instituídos, corrigindo todos e quaisquer desníveis e disfunções, tendo por base os princípios cristãos na moralização da sociedade (CARDOSO, 2016, p. 438).

Essa abordagem reforçava a responsabilização do indivíduo por sua situação de pobreza, ocultando as determinações estruturais da questão social. Iamamoto e Carvalho (2006, p. 174 grifo dos autores) apontam que, nesse período, o “Serviço Social sofreu um processo de profissionalização mais consistente com a *formação técnica especializada*”, ainda ligada à Igreja Católica. Essa expansão foi acompanhada por uma crescente incorporação do Serviço Social nos organismos estatais⁷, refletindo sua utilidade no gerenciamento das desigualdades sociais e no controle da força de trabalho.

O Serviço Social no Brasil afirma-se como profissão, estreitamente integrado ao setor público em especial, diante da progressiva ampliação do controle e do âmbito da ação do Estado, junto à sociedade civil. Vincula-se, também, a organizações patronais privadas, de caráter empresarial, dedicadas às atividades produtivas propriamente ditas e à prestação de serviços sociais à população. A profissão se consolida, então, como parte integrante do aparato estatal e de empresas privadas, e o profissional, como um assalariado a serviço das mesmas (IAMAMOTO E CARVALHO, 2006, p. 79).

Netto (1992, p. 30)⁸, destaca que o “Serviço Social cumpriu papel ideológico relevante ao se alinhar com os interesses do Estado burguês”. Sua funcionalidade ao capital se expressava na mediação da “questão social”, transformando conflitos estruturais em problemas individuais e auxiliando o Estado na administração das expressões da questão social. Assim, o Serviço Social contribuiu para a integração dos trabalhadores à ordem capitalista, reforçando a hegemonia burguesa sob o manto da assistência e da solidariedade.

Durante o Estado Novo, o regime de Getúlio Vargas implantou uma política social voltada para a proteção do trabalho urbano (BRASIL, 1943), com a criação da CLT (Consolidação das Leis do Trabalho) em 1943 e a expansão dos institutos de previdência que

⁷ A partir desse momento nota-se que [...] começa a aparecer outro tipo de demanda, partindo de determinadas instituições estatais. Elas serão vistas pelos integrantes desse movimento como conquistas significativas: “com a apresentação de um memorial ao Governo do Estado, obteve (o CEAS) a criação de cargos de fiscais femininos para o trabalho de mulheres e menores, no Departamento Estadual do Trabalho”. Em 1937, o CEAS atua no Serviço de Proteção de Migrantes, “funcionando dois anos junto à Diretoria de Terras, Colonização e Imigração”; em 1939, assina o contrato com o Departamento de Serviço Social do Estado (SP) para a organização de três Centros Familiares em bairros populares (Iamamoto; Carvalho, 2006, p. 174).

⁸ O autor discute no capítulo 1 de *Capitalismo Monopolista e Serviço Social*, como o Serviço Social se coloca enquanto mediador da questão social diante das demandas da burguesia por uma profissão que lidasse com as querelas criadas pela própria burguesia, atuando como um polo que pende ora ao autoritarismo do Estado ora às demandas da classe trabalhadora. O autor analisa detalhadamente a funcionalidade do Serviço Social no contexto do capitalismo monopolista e sua inserção nas estratégias do Estado burguês para lidar com as contradições sociais.

segundo Netto (1992), foram instrumentos para contrarrestar a tendência ao subconsumo. Essas políticas consolidaram o perfil intervencionista do Estado, o que demandou profissionais capazes de operar os mecanismos de assistência e regulação social. O Serviço Social, já presente em hospitais, escolas, empresas e instituições de previdência, ganhou legitimidade como profissão voltada ao "bem comum".

No que tange às requisições do monopólio, a funcionalidade da política social é inequívoca. Ademais das intervenções do Estado na economia - diretas e/ou indiretas [...] e que só forçadamente podem ser caracterizadas como políticas sociais -, a funcionalidade essencial da política do Estado burguês no capitalismo de monopólios se expressa nos processos referentes à preservação e ao controle da força de trabalho - ocupada, mediante a regulamentação das relações capitalistas/trabalhadores; lançada no exército industrial de reserva, através dos sistemas de seguro social (NETTO, 1992, p. 31).

Observa-se em Iamamoto e Carvalho (2006), que essa institucionalização ocorreu em condições de subordinação ao aparato ideológico dominante. A formação profissional mantinha-se limitada a um conteúdo moralista e despolitizado, ainda bastante debruçado sobre as concepções e ideias da Igreja, com uma divisão entre "técnica" e "realidade social" que impedia o desenvolvimento de uma práxis crítica condizente com a complexidade posta ao período.

Netto (2017) discorre sobre o processo de institucionalização do Serviço Social nos anos 1940, dizendo que está ligado à constituição de uma profissão de Estado, cuja função primordial era atuar na contenção dos conflitos sociais. A profissão servia de suporte à construção de um consenso ideológico, operando nos limites do reformismo burguês⁹ e da moral religiosa, o que a tornava incapaz de se colocar como instrumento de emancipação. Nesse período também se consolidam os primeiros organismos de representação profissional, culminando, em 1947, com a criação da ABESS (Associação Brasileira de Escolas de Serviço Social), que desempenharia papel importante na unificação curricular e na regulamentação da formação profissional. No entanto, a ABESS refletia o espírito conservador do período, reforçando a visão tecnicista e moralista da prática profissional.

⁹ Os capitalistas, embora impelidos a partilhar dos custos de reprodução dessa população, tentam, na medida do possível, desincubir-se de tal ônus, ampliando a penúria desses trabalhadores "livres", reduzidos a condições de vida infra-humanas, e socializando os custos de reprodução desse segmento da classe trabalhadora para o conjunto da sociedade, no que as políticas sociais dos Estados capitalistas desempenham um papel fundamental. Isto sem relegar a necessidade política de contenção e controle de possíveis insubordinações do conjunto da população trabalhadora submetida a um processo intenso de exploração (IAMAMOTO; CARVALHO, 2006, p. 78).

Portanto, a década de 1940 foi um período de ampliação e fortalecimento do Serviço Social como profissão reconhecida e requisitada pelo Estado e pela iniciativa privada. Contudo, essa consolidação se deu sob as “bases de um projeto conservador”, conforme afirma Cardoso (2016), voltado à manutenção da ordem social capitalista. A profissão, neste momento, não rompe com os paradigmas fundacionais da década anterior, mas os aprofunda, fortalecendo sua função de ajustamento social e de reprodução da hegemonia burguesa, a partir de um processo de “tecnificação”.

Nos anos de 1950 a atuação profissional estava profundamente marcada pelo ideário conservador, com forte influência da moral cristã e da concepção de "ajuda ao próximo". As práticas profissionais tinham como foco a adaptação do indivíduo à ordem social, evitando o questionamento das estruturas geradoras da desigualdade. Isso se refletia em uma prática assistencialista, com ênfase no atendimento individualizado e na utilização de técnicas psicossociais¹⁰, em especial o *casework*¹¹ norte americano (Cardoso, 2016, p. 439). O sujeito atendido era visto como portador de desajustes ou carências que deveriam ser corrigidos pela intervenção profissional.

Diante desses dilemas sociais, econômicos e políticos, a classe trabalhadora cada vez mais se torna pauperizada diante da constante precarização e predileção às suas condições de vida.

Não é por acaso [...] a aproximação do Serviço Social da classe dominante não apenas via Estado e suas instituições assistenciais, mas também às próprias instituições organizadas e geridas pela burguesia nacional. Exemplos são o Senai (Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial) e o Sesi (Serviço Social da Indústria) (CARDOSO, 2016, p. 439).

Insurge como resultado dessas tensões sociais, o aumento da ligação entre a burguesia com a esfera militar como uma consequência e resposta a essa insatisfação com o Estado mantenedor das condições de diferenciação entre essas duas camadas sociais (Iamamoto e Carvalho, 2006).

¹⁰ Neste momento histórico ainda não houve o rompimento total com as perspectivas conservadoras e durante os anos de 1943 a 1982, será mantido o viés conservador nos currículos mínimos do Serviço Social (CARDOSO, 2016, p. 439-440).

¹¹ Segundo Cardoso (2016 apud Iamamoto, 1992) A partir de meados dos anos 1940 inicia-se um processo de revisão da profissão no que diz respeito ao seu caráter profissional/ científico e à busca de tecnicidade, o que, a partir da influência da metodologia norte-americana, resulta na incorporação do chamado Serviço Social de Casos, Grupo e Comunidade. Assim, a formação acadêmico-profissional “passa da influência do pensamento conservador europeu, franco-belga, nos seus primórdios para a sociologia conservadora norte-americana, a partir dos anos 40”.

Assim, o Serviço Social segue operando com um enfoque técnico e instrumental, voltado para ações educativas e de organização junto à classe trabalhadora urbana, a partir de um projeto societário focado na conformação da classe trabalhadora através de um viés ideológico de ajustamento social.

1.2 O processo de renovação do Serviço Social no Brasil (anos 1960/1970/1980): bases para uma nova profissão no país e os frutos para a década seguinte

Conforme Cardoso (2016), os anos de 1960 e 1970 marcaram um complexo processo de revisão na profissão de Serviço Social, não só pela conjuntura de ditadura civil-militar instaurada, mas pela urgência de uma revisão profissional. Entre 1953 e 1964, surgem diferentes projetos (currículos) que já vinham sendo elaborados numa tentativa de modernização da profissão, porém suas vertentes, não apresentavam ainda indícios de rompimento com o conservadorismo.

Segundo Cardoso (2016, p. 441), as perspectivas conservadoras estão presentes desde 1953 no currículo mínimo que estabelecia algumas disciplinas como: *a) I - Sociologia e Economia Social - Direito e Legislação; Higiene e Medicina Social; b) II - Introdução e Fundamentos do Serviço Social - Serviço Social de Casos - de Grupo - Organização Social da Comunidade; Família - Menores - Trabalho - Médico dentre outras*. Neste momento, o currículo ainda apresenta uma perspectiva conservadora que se manterá até 1982 (CARDOSO, 2016), sendo voltados para um manejo e gerenciamento da vida social. Fazia-se extremamente necessário que a profissão se renovasse, ficando evidente que, as ideias e teorias conservadoras já não eram suficientes para a apreensão da totalidade, tampouco amparava e guiava a intervenção profissional numa direção coerente com as necessidades da sociedade.

O movimento de reconceituação é então gestado a partir do movimento de renovação do Serviço Social. Segundo Duarte (2017, p. 186), há um “acúmulo de reflexões que emergem com a Reconceituação da profissão, um fato que abarcou em particular a América Latina, causando uma crise no Serviço Social “tradicional””. A aproximação com as teorias Marxistas passa a imprimir novos horizontes para a profissão, conflitando com as posições conservadoras que continuam a defender a perspectiva tecnicista e de modernidade. Era

necessário que os profissionais estivessem munidos de referenciais que permitissem a compreensão da profissão dentro da totalidade das relações sociais.

Outro aspecto importante foi a *legitimação da profissão no âmbito acadêmico*, com a produção de conhecimentos a partir da área de Serviço Social, estimulada pelos espaços de pós-graduação. Os resultados começaram a germinar a partir dos anos de 1970, gerando (ainda que de maneira desigual) uma massa crítica considerável que permitiu a interlocução com as Ciências Sociais e outras áreas do saber (Educação, Filosofia, dentre outros) (DUARTE, 2017, p. 187).

Os movimentos sociais que se apontavam com notória relevância e influenciaram o interior da profissão desde 1940, entraram nas décadas de 1960, 1970 e 1980 como alternativa de organização popular contra as desigualdades, sustentaram processos violentos de repressão ocorridos em países da América Latina e também não sucumbiram aos regimes ditatoriais. Segundo Guerra e Ortiz (2009, p. 124), após a realização do primeiro Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais em 1947 e do II Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais em 1960, havia “uma nítida interlocução do Serviço Social brasileiro com os processos de caráter macroscópico ocorridos nos países da América Latina e a franca necessidade de responder e se articular a estes”.

[...] a virada se inscreveu no processo histórico que vai do final da década de 50 e atravessa os anos 70, em especial nos acontecimentos que se realizaram no continente latino-americano. Recebeu influxos dos processos revolucionários que pularam neste período em toda a América Latina e que foram brutalmente reprimidos por ditaduras sangrentas. Concebido como o “quintal” dos Estados Unidos da América, este continente, tão diverso entre si, constitui-se de uma unidade (GUERRA e ORTIZ, 2009, p.125).

Com a intensificação e o avanço das lutas sociais, começa a emergir na profissão uma crítica mais sistemática ao papel desempenhado pelo seu profissional na sociedade. Ainda que o Serviço Social permanecesse, em grande medida, atrelado ao projeto estatal e aos valores conservadores, já se notavam sinais de tensionamento interno, prenunciando futuras mudanças em direção a uma perspectiva mais crítica e comprometida com os direitos sociais.

No III Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais (1979), a profissão atingiu certa maturidade intelectual, o que levou à categoria a repensar sua atuação de maneira que houvesse um posicionamento político e social, condizente com as demandas populares que estão constantemente em movimento. As transformações que ocorriam na América Latina e a partir da própria profissão no decorrer do seu processo de evolução, já vinha reunindo elementos para sua “virada”, configurando um novo capítulo para o Serviço Social brasileiro, como salienta Guerra e Ortiz (2009)

O mais significativo neste contexto para uma mudança radical na profissão foi que, no movimento de confrontos e resistências, se explicitaram os interesses antagônicos das classes sociais, revelando o papel do Estado na defesa intransigente dos interesses da classe dominante e criando as bases para que a profissão realizasse uma apreciação crítica da direção hegemônica da categoria e da organização político-representativa vigente à época, questionando sua funcionalidade aos interesses do capital (GUERRA E ORTIZ, 2009, p. 126).

Após o notório Congresso da Virada de 1979, a profissão pôde refletir e reordenar sua reprodução na sociedade brasileira. Os Congressos anteriores, vinham munindo o corpo de profissionais de conteúdos e embriões para novos horizontes de atuação, estes seguiam preocupados com a forma como as entidades vinham conduzindo o exercício profissional, fato que desde a reconceituação não havia sido deposto seu viés conservador e a este respeito, o III Congresso de Brasileiro de Assistentes Sociais imprimiu na história da profissão um caráter crítico e inegociável. Como bem salienta Guerra e Ortiz (2009, p.128): “o que o III CBAS mostra é o amadurecimento da vanguarda da categoria, que militando em outros movimentos sociais e sindicais, vai acumulando forças e competência teórico política para conformar uma nova direção estratégica para a profissão”.

[...] a “virada” de 1979 gerou no Serviço Social brasileiro muitas outras em campos distintos, porém autoimplicados: no exercício e na formação profissional. A destituição da Mesa de Honra prevista para o III CBAS, bem como as deliberações tiradas a partir daí, expressaram a clara opção política do Serviço Social pelo compromisso com os interesses da classe trabalhadora, e, por conseguinte, a decisão pela construção de um novo perfil profissional para os sujeitos profissionais, sejam eles individuais ou coletivos (GUERRA E ORTIZ, 2009, p. 128).

São esses fatos ocorridos que as autoras Guerra e Ortiz (2009) chamaram de “frutos da virada”, sendo hoje reconhecidos como frutos, o Projeto Ético Político, o Código de Ética, as Diretrizes Curriculares e a renovação do conjunto CFAS/ CRAS (Conselho Federal de Assistentes Sociais/ Conselho Regional de Assistentes Sociais) para CFESS/ CRESS (Conselho Federal de Serviço Social/ Conselho Regional de Serviço Social), alterando não só sua nomenclatura, mas principalmente sua forma de intervenção na profissão e na realidade.

1.3 Os desafios atuais para o Serviço Social

Durante e após o contexto pandêmico¹², a profissão se viu diante de novos (e velhos) contextos sociais. Tais contextos incutiram na sociedade, um desgaste das políticas sociais, dado que já ocorriam ofensivas neoliberais desde o golpe sofrido pela presidente à época Dilma Rousseff (Mota, 2021), mas também pela sucessão de parlamentares coadunados às ideias da extrema direita. Mota (2021) salienta que o resultado conhecido como pandemia, foi determinado por um histórico de “concentração e centralização do capital, exploração do trabalho e acumulação da riqueza privada” (Mota, 2021, p.51). Ainda segundo a autora, foi imbuído à pandemia o fator primordial da crise econômica, social e sanitária vivenciada durante o período. Porém:

[...] o fato é que a pandemia do coronavírus não responde pelas contradições do mundo capitalista. Ao contrário, a crise sanitária é potenciada pelas estratégias de enfrentamento da crise do capital, levadas a efeito pela burguesia, para reverter a queda da taxa de lucro por meio de iniciativas que redefinem a divisão internacional do trabalho e instituem renovadas formas de exploração do trabalho. É mediada pela financeirização do capital e pela ação predatória dos recursos naturais, favorecendo os desastres ambientais e o aparecimento de novas doenças, o que afiança a existência de uma determinação social da pandemia do novo coronavírus (MOTA, 2021, p.51).

Todo o contexto de desinformação via fake news, disseminação de conteúdos em plataformas alternativas sem responsabilidade social, sucateamento dos aparelhos públicos e desmonte das políticas sociais, desembocou no colapso do nosso sistema de saúde resultando em mais de 714 mil mortes¹³ e um agravamento da vida das camadas mais pobres da sociedade (Mota, 2021).

No que tange à pandemia, a maior expressão da catástrofe social são as mais de 600 mil mortes (outubro/2021) que poderiam ter sido evitadas, não fossem as insuficientes e nefastas medidas adotadas pelo governo, dentre elas o atraso na vacinação, a falta de insumos, o negacionismo científico e os ineficazes tratamentos precoces. Ocorrências agravadas pela precariedade da infraestrutura dos serviços públicos de saúde, objeto de cortes orçamentários e desmontes nas últimas décadas, por meio de medidas de austeridade fiscal, de que é exemplar a Emenda Constitucional 95, que constitucionalizou o ajuste fiscal ao congelar o gasto primário do governo federal por 20 anos (MOTA, 2021, p. 51).

O rearranjo de iniciativas privadas de ações filantrópicas, tornam a ganhar destaque durante a pandemia, bem como o incentivo ao empreendedorismo, como salienta Mota

¹² O mundo viveu entre 2019 e 2023, uma pandemia global do vírus SARS-Cov-2, difundido e conhecido popularmente como COVID-19.

¹³ “Ao longo desses cinco anos, o país teve 39 milhões de casos de covid-19 confirmados e mais de 714 mil óbitos decorrentes da covid-19, de acordo com o painel do Ministério da Saúde que reúne dados das secretarias estaduais” (FIOCRUZ, 2025, p 1).

(2021), numa tentativa de remover da responsabilidade do Estado, a implementação de políticas sociais básicas (Mota, 2021).

No que se refere às demandas originárias da catástrofe pandêmica e do abandono humano-social, presencia-se, no interior do Serviço Social brasileiro, a reaparição de experiências que considerávamos superadas, particularmente no atendimento das necessidades materiais e imediatas da população, como a fome e a falta de rendimentos que chegam às unidades de saúde, de assistência social e às agências sociojurídicas como situações inusitadas, urgentes, de solução inadiável, diretamente vinculadas à escassez de meios de vida, à falta de moradia e ao retrocesso nos patamares de segurança alimentar, com o recrudescimento da fome, além das violências de toda ordem e das situações relacionadas à doença (MOTA, 2021, p.57-58).

Por seu histórico de resistência e lutas constantes, o Serviço Social tem diante da profissão, o desafio não só de defender seus eixos basilares de organização política e saber científico profissional¹⁴, como também tem diante de si o compromisso de rebater todo e qualquer tipo de desinformação. Isto ocorreu porque, especialmente durante a pandemia de COVID-19, a Internet foi proposta como solucionadora de um problema produtivo do capital, porém trouxe consigo um derramamento dos discursos de ódio altamente valorizados pelo governo guiado pelo bolsonarismo. A este respeito, Mota (2021), afirma

Em face dessa conjuntura, os e as assistentes sociais, particularmente os segmentos organizados e de vanguarda, têm participado tanto de movimentos de resistência mais gerais, como dos que afetam diretamente a profissão, em sintonia com os movimentos sociais, partidários e profissionais integrados pelos setores progressistas da sociedade brasileira. No âmbito das lutas mais gerais, posicionam-se em defesa da seguridade social pública, dos direitos sociais e do trabalho, das liberdades democráticas, contra os ajustes neoliberais, em defesa de reforma agrária e urbana, contra o racismo estrutural e a LGBTQIA+fobia, em favor do direito das mulheres e dos povos originários, dentre tantos outros (MOTA, 2021, p. 56-57).

De acordo com Mota (2021), as implicações causadas pela pandemia incidem sobre a profissão e os assistentes sociais, tanto no que diz respeito às demandas cotidianas, quanto no seu exercício profissional. No eixo das demandas cotidianas, Mota (2021, p.57) afirma que o “volume e natureza das situações demandadas estão diretamente relacionadas à desproteção social pública, às violências e aos carecimentos no atendimento das necessidades sociais

¹⁴ No panorama internacional, o Serviço Social brasileiro possui algumas particularidades, herdeiras do seu desenvolvimento histórico. Entretanto, no Brasil os principais destaques ficam por conta da organização político-profissional dos e das assistentes sociais e estudantes em todo o território nacional (CFESS-CRESS, Abepss e Enesso), da existência de parâmetros nacionais orientadores do exercício profissional e de um conjunto de diretrizes de cunho político, ético e técnico, relativos à formação profissional e à direção ético-política e profissional do Serviço Social, como o Código de Ética, a Lei de Regulamentação da Profissão e as diretrizes curriculares (Mota, 2021, p. 55).

básicas dos trabalhadores e suas famílias, agravadas pela pandemia”. Já em relação às questões que dizem respeito ao exercício profissional, a autora analisa que “envolve condições, relações de trabalho e singularidades das atividades profissionais” já tão precarizadas muito antes da pandemia Mota (2021, p.57).

Em decorrência da pandemia da Covid-19, as condições de precarização da vida da classe trabalhadora atingiram patamares gravíssimos, que acabaram sendo intensificados durante este contexto. Os desafios que já se conformavam no cotidiano profissional, foram “potenciadas na crise sanitária”, progredindo abruptamente para circunstâncias “vinculadas às violências contra mulheres, à discriminação racial, à proteção aos idosos, às crianças, à população em situação de rua e LGBTQIA+, dentre outras expressões de violação de direitos” Mota (2021, p. 58).

Neste sentido, o Serviço Social se encontra diante de uma série de obstáculos impostos pela pandemia, que amplamente debilitou e inspirou o retorno de velhas práticas conservadoras ao cerne da profissão. Mota (2021, p. 58), considera que “são situações e processos que têm incidência nas atividades profissionais, seja pela insuficiência e precariedade dos meios de serviço disponíveis, seja pelo aumento de demandas”. Na busca da defesa e preservação dos sentidos e dimensões ético-político, teórico-metodológico e técnico-operativo do Serviço Social, a profissão teve que estirar seu fazer profissional no intuito de “realizar uma contraofensiva pedagógica que confronte as tentativas de dotar o Serviço Social de uma mera ação técnica, passível de se prolongar para além da pandemia” Mota (2021, p. 62).

CAPÍTULO 2

AS DIMENSÕES DO TRABALHO DO SERVIÇO SOCIAL – TÉCNICO-OPERATIVA, TEÓRICO-METODOLÓGICA E ÉTICO-POLÍTICA, COM DESTAQUE PARA O TRABALHO COM GRUPOS NA ATUALIDADE

2.1 As dimensões do trabalho do Serviço Social e a particularidade da dimensão técnico operativa

Dado o histórico caminho percorrido pelo Serviço Social despontaram, ao longo do tempo como resultado de extenso debate no interior da profissão e fora dela, três dimensões do trabalho de assistentes sociais que são: as dimensões técnico operativa, teórico-metodológica e ético-política. No capítulo anterior, foram apontados alguns fatos que estão imbricados ao cerne da profissão, às suas configurações e observações no que diz respeito às suas diversas transformações ao longo da história e que conferiu à mesma, o patamar científico, atividade profissional e campo do saber como conhecemos atualmente.

De acordo com Santos (2003, p. 23), “as dimensões [...] são construções históricas e refletem as direções sociais assumidas pela profissão nas diversas conjunturas”, e ainda, “o termo dimensão remete às propriedades (da profissão), mas no sentido de seus pressupostos, de suas direções, de seus princípios fundamentais, que contribuem para a concretização da profissão e que formam a sua base”.

Sobre a dimensão técnico operativa, Santos (2003, p. 26), afirma que dada a influência do serviço social norte-americano em meados de 1940 até 1960, foi atribuída à profissão o caráter da técnica como ação finalística.

É com a penetração das ideias positivistas durkheimianas e com seu desdobramento funcionalista que se fortalece no serviço social uma ênfase nas atividades técnicas de viés instrumental, pautadas na racionalidade formal abstrata. A técnica é utilizada tendo “um fim em si mesma”, de modo “apolítico”, pretendendo uma neutralidade. Esse período marca o “tecnicismo do serviço social (SANTOS, 2003, p. 26).

Entre os anos de 1967 e 1970, respectivamente com os Seminários de Araxá e Teresópolis (SANTOS, 2003), a perspectiva modernizadora pautada no avanço técnico da profissão objetivou um aprimoramento teórico-metodológico, no sentido de atribuir uma eficiência/ eficácia sem com isso, questionar o poder vigente (SANTOS, 2003, p. 27). Ainda

segundo a autora, tal perspectiva trouxe, a partir do “suporte da concepção sistêmica, a consolidação do serviço social de caso, de grupo e de comunidade”. A influência positivista/funcionalista ainda era bastante presente neste período, havia uma preocupação predominante com técnicas efetivas de intervenção que seguia apenas o sentido de adaptação dos sujeitos desajustados Santos (2003).

Há, com isso, uma grande preocupação com técnicas adequadas à intervenção; a tecnificação e a ampliação das funções da profissão são esforços em direção às demandas postas. Entretanto, não se trata mais de técnicas doutrinárias, mas do aperfeiçoamento técnico e científico, fundamentado na sociologia via positivismo e concepção funcional/ sistêmica (SANTOS, 2003, p. 28).

Visto o esgotamento do caráter conservador, tecnicista e doutrinário que vinha encarregando a profissão de educar a sociedade através do controle, de acordo com Santos (2003, p. 28), o movimento de “intenção de ruptura” com o conservadorismo, a insatisfação dos profissionais que ocorria no interior do Serviço Social e a aproximação com a concepção marxista, marcam a profissão com uma “racionalidade crítica e reflexiva”. Tudo isto, também “trouxe novos elementos que ajudaram a repensar os instrumentais técnico-operativos do serviço social, bem como o serviço social enquanto prática política, a unidade entre teoria e prática e a visão de totalidade” (Santos, 2003, p. 28).

Esse movimento de ruptura pôs em xeque, portanto o “tecnicismo” [...]. Assim na década de 1990, alguns profissionais sinalizam para a academia a importância de resgatar esse debate à luz dos pressupostos de materialismo histórico dialético, enfatizando a articulação intrínseca às dimensões da prática profissional (SANTOS, 2003, p. 28).

A autora enfatiza que, apesar desta articulação, a dimensão técnico operativa é diluída nas outras dimensões (Santos, 2003, p.28), “não considerando suas particularidades, ou seja, desconsideram que essas dimensões apesar de se articularem e de formarem uma unidade elas não se identificam”. Santos (2003, p.28) ainda considera que o movimento de ruptura pode ter implicado numa via oposta que é a do “negligenciamento de uma reflexão sobre a dimensão técnico-operativa do serviço social dentro dessa nova direção da profissão”.

Os equívocos foram muitos, mas a profissão se impôs socialmente no que diz respeito ao seu caráter ético político e teórico-metodológico. É importante destacar que é a tríplice das dimensões profissionais do Serviço Social (técnico operativa, teórico metodológica e ético política) que norteia sua intervenção e apreensão da realidade. Se antes havia uma compreensão equivocada sobre as dimensões do trabalho do Serviço Social, evidenciando

uma em detrimento da outra, na década de 1990, segundo Santos (2003, p. 28), “alguns profissionais sinalizam para a academia a importância de resgatar esse debate à luz dos pressupostos do materialismo histórico dialético”. O debate sinalizado pela autora, trata dos laivos deixados pela “intenção de ruptura”, numa tentativa de rompimento com as heranças culturais conservadoras do Serviço Social, “chamando atenção para o caráter político dos instrumentais técnico-operativos em que se nega esta suposta neutralidade frente ao exercício e papel da profissão na sociedade” (Santos, 2003, p. 28).

Logo, na atualidade, a dimensão técnico-operativa

[...] demanda que o profissional compreenda aqueles sobre quem é feita a intervenção, bem como as relações de poder (horizontais e verticais) existentes no âmbito do trabalho, o perfil do usuário atendido (natureza das demandas) e seus modos de vida tal como estratégias de sobrevivência utilizadas, além do conhecimento das atribuições profissionais e a análise e aprimoramento das condições subjetivas próprias do profissional, além de evidentemente os procedimentos e instrumental técnico-operativo (SANTOS, 2013 apud RODRIGUES, 2025, p.30).

Como bem sinaliza Rodrigues (2025), a dimensão técnico operativa, fornece um horizonte de possibilidades de intervenção para o assistente social, sendo este, responsável por apreender o conjunto das relações sociais em sua completude e estabelecer a direção política, teórica, metodológica e ética, “bem como condições objetivas e subjetivas para consumação das finalidades intentadas” Rodrigues (2025, p. 30).

2.2 A dimensão teórico-metodológica

O Serviço Social em seus desdobramentos sócio-históricos, não foi outrossim, neutro e despretensioso em sua abordagem e intervenção. Em sua gênese, atuou como sustentáculo para a ação caritativa da Igreja, noutro momento histórico como reorganizador das mazelas sociais para a autocracia burguesa e para o Estado. Em todas essas configurações anteriores, a profissão sempre esteve imbuída de uma característica política, pois segundo (GUERRA, 1998 apud SANTOS, 2003, p.12), “o “fazer” do assistente social exige o reconhecimento da situação, do cotidiano da sua prática, dos meios e condições de realização, das possibilidades que a realidade contém e das tendências que suas ações poderão desencadear”.

É impossível impetrar ao Serviço Social, uma condição de neutralidade frente à sociedade. De acordo com Santos (2003),

A escolha de uma perspectiva teórico-metodológica passa pelos sujeitos, mas não de forma aleatória ou individual e sim por meio do conhecimento dos fundamentos epistemológicos e filosóficos, da apreensão das implicações políticas de cada teoria e do método desencadeado por tal escolha (SANTOS, 2003, p. 29)

Então, todo o caminho tracejado pelo positivismo de Comte ou pelo modernismo de Durkheim, infere ao Serviço Social o status de uma profissão reduzida aos “paradigmas de racionalidade formal-abstrata”, conforme analisa Santos (2003, p. 29). Porém, ao passo que se afunilava o entendimento da sociedade como uma “coisa”, os movimentos sociais, em particular as lutas da classe trabalhadora, vinham reivindicando espaços e condições de vida minimamente decentes e a própria profissão¹⁵ sofria variações no seu interior. Isto porque, conforme Santos (2003, p. 30), “os métodos de trabalho com indivíduos, grupos e comunidades” já não abarcavam a grandeza e a potencialidade que a profissão adquiriria posteriormente. Neste mote, segundo Santos (2003)

A ênfase no “como fazer” está presente nos processos de caso, grupo e comunidade e marca o “metodologismo” na trajetória intelectual desta profissão. O processo de renovação marca o pluralismo teórico-metodológico no serviço social, quando, pela primeira vez, evidenciam-se nesse campo orientações distintas, não necessariamente antagônicas, que travam um debate com a herança intelectual e cultural conservadora (SANTOS, 2003, p.31).

Como relatado no capítulo 1 deste trabalho, os avanços no que diz respeito à profissão durante o período de “renovação”, ainda mantiveram seu vínculo com concepções positivistas, apesar de “oferecerem ao serviço social um tratamento científico” (SANTOS, 2003, p. 31). Há ainda, como Santos (2003) explica, um fortalecimento do “método” de caso, grupo e comunidade, dando ênfase ao estudo, planejamento/ tratamento e avaliação”. O amadurecimento, conforme menciona Santos (2003, p. 31), somente será possível a partir da década de 1980, já com as mudanças na sociedade e na profissão possibilitadas pelo processo de redemocratização do Brasil.

Com a abertura política, esse processo amplia-se para a categoria em meados de 1980. A partir desse período, há um amadurecimento das reflexões sobre a concepção marxista, buscando-se ampliar os conhecimentos sobre Marx a partir de leituras do próprio autor e de autores marxistas, como Lukács e Gramsci (SANTOS, 2003, p. 31).

Conforme Santos (2003, p. 31), “a teoria é um movimento através do qual a razão extrai dos processos objetivos a sua legalidade intrínseca, seria a apreensão do movimento do

¹⁵ O processo de renovação marca o pluralismo teórico-metodológico no serviço social, quando, pela primeira vez, evidenciam-se nesse campo orientações distintas, não necessariamente antagônicas, que travam um debate com a herança intelectual e cultural conservadora (Santos, 2003, p.31).

ser social”. Neste mesmo sentido, a teoria se encaixa na reconstrução e pelo pensamento, se manifesta “no movimento do real”, na “apreensão de suas contradições”, “tendências”, “relações e determinações” (Iamamoto 1998 apud Santos, 2003, p. 32). Tão logo, a teoria a partir desta análise, não segue a lógica de modelos e padrões como visto anteriormente, a teoria “serve como referência para uma análise” (Santos, 2003, p. 32).

Então, a teoria constrói e constitui, uma forma de ler e interpretar a realidade (Santos, 2003, p. 32 apud Iamamoto, 1992). Para o Serviço Social, esta maneira de fazer a apreensão da realidade, é o que compõe a dimensão teórico-metodológica, instigando o profissional no sentido de compreender em sua completude o “objeto investigado” e também uma forma de “relacionar-se com o ser social”. Isso também permite servir como guia da profissão no sentido da identificação das “particularidades” inerentes a este sujeito (Santos, 2003, p. 32).

Em 1982 foi aprovada uma nova grade curricular para a formação profissional que tentava romper com a metodologia tradicional, eliminando as disciplinas de caso, grupo e comunidade, trazendo uma reflexão teórico-metodológica que partisse do conhecimento da sociedade e utilizando pensadores clássicos (Marx, Weber, Durkheim, entre outros) que tem uma produção teórico-metodológica de explicação da sociedade (SANTOS, 2003, p. 32).

Todavia, esta mudança curricular trouxe à luz, como cita Santos (2003, p. 32), “novas questões” e logrou a “reafirmação de velhas dúvidas quanto à dimensão teórico-metodológica do serviço social”. A autora (Santos, 2003, p.32), cita que segundo a ABESS, em 1989 na edição número 3 de sua revista, foram apontadas quatro tendências no “ensino da metodologia nas escolas de serviço social”. Tendências essas que ainda seguiam acompanhadas de vestígios de uma “herança cultural e intelectual conservadora” (Santos, 2003, p.32).

A primeira delas refere-se à permanência do dualismo entre teoria e metodologia, impregnada pela concepção positivistas, ou seja, mantêm-se disciplinas de metodologia, de teoria e de história como se não formassem uma unidade, uma totalidade. [...] A segunda tendência refere-se à forma de transição dos conteúdos do antigo para o novo currículo. Algumas escolas tendem a fazê-lo apenas como remanejamento ou construção de um patamar crítico. Essa transposição é feita, predominantemente, de forma mecanicista e fragmentada, não permitindo visualizar o confronto existente na dinâmica do processo histórico do serviço social. [...] A terceira tendência refere-se à educação do ensino da metodologia em uma única disciplina ou em sua articulação com outras disciplinas do currículo. Aqui a pesquisa encontrou três manifestações: a ênfase no discurso teórico em detrimento da unidade teoria/prática, a separação entre metodologia da ação e metodologia do conhecimento e compreensão [...] como uma só expressão. Essas duas últimas manifestações estão em debate, ainda hoje, no seio do próprio marxismo. [...] A quarta tendência refere-se ao papel do aparato técnico-instrumental no interior da discussão metodológica. De um lado, as tendências caminham para uma ênfase no

tecnicismo, em conformidade com nossa tradição, e, de outro, para a politização das técnicas, acompanhando o movimento de ruptura. Encontrou-se nas escolas um certo desprezo pelo conteúdo instrumental, sendo sempre referida à teoria que lhe dá significado (SANTOS, 2003, p. 33).

Santos (2003) também analisa que as mobilizações e organizações no interior do Serviço Social na década de 1990, conferem um certo grau de evolução acerca das reflexões sobre a reforma curricular e imprimem, ainda segundo a autora, “uma ampla e democrática discussão ao longo de 3 anos (1994-1996). Mobilizações estas, que tiveram como partícipes a ABESS¹⁶ (atualmente ABEPSS), o conjunto CFESS/ CRESS e ENESSO¹⁷ (Executiva Nacional de Estudantes de Serviço Social) (Santos, 2003, p. 33).

Em 1995, elabora-se o documento “Proposta Básica para o Projeto de Formação Profissional (ABESS/ CEDEPSS, XXIX Convenção, em Recife), que complementa e aprofunda a reforma curricular anterior, propondo como perspectiva fundante da formação profissional o rigoroso trato teórico, histórico e metodológico da realidade social. Teoria método e história não poderiam ser diluídos em disciplinas estanques uma vez que encontram-se articulados” como dimensões de uma única questão [...]. Assim o eixo central das novas diretrizes curriculares é a “questão social” nas suas determinações sócio-históricas e ideo-políticas (SANTOS, 2003, p.33).¹⁸

Pautada no sentido de infundir à profissão uma característica unificada entre teoria e método, ou ainda entre teoria e prática, Santos (2003, p. 34) analisa que “a nova base curricular privilegia enfim, uma teoria social crítica”, capaz de formatar “um método de apreensão do singular como expressão da totalidade social”.

¹⁶ “A ABESS (Associação Brasileira de Escolas de Serviço Social) mudou para ABEPSS (Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social) em 1998. A mudança foi formalizada em Assembleia Geral Extraordinária. A nova denominação refletiu a ampliação do escopo da entidade, abrangendo também a pesquisa e não apenas o ensino”. Disponível em: < <https://www.google.com/search?client=firefox-b-d&q=quando+mudou+o+nome+ABESS+para+ABEPSS%3F>> Acesso em: 28/05/2025.

¹⁷ “Enesso é a sigla para Executiva Nacional de Estudantes de Serviço Social, a principal entidade de representação dos estudantes de Serviço Social no Brasil. A ENESSO tem como objetivo articular e mobilizar os estudantes de Serviço Social, promovendo a formação política e profissional, além de defender a universidade pública, gratuita e de qualidade, de acordo com o Serviço Social e outros movimentos sociais”. Disponível em: < <https://www.google.com/search?client=firefox-b-d&q=o+que+significa+a+sigla+ENESSO%3F>>; Acesso em: 28/05/2025.

¹⁸ A autora Cláudia Mônica dos Santos salienta ainda que as diretrizes curriculares, foram aprovadas com restrições pelo Conselho Nacional de Educação. Anos após é realizada sua homologação pelo Ministério da Educação e do Desporto em 2001 e é enfatizado sobre o ensino da prática, trazendo reflexões sobre os equívocos caracterizados na abordagem que segundo a autora é exagerada, do “como fazer”, que possui em seu bojo o viés tecnicista e instrumental (Santos, 2003, p. 33-34).

2.3 A dimensão ético-política

Sobre a dimensão ético política, há de se seguir uma linha de pensamento que evidencia o caminho de um fazer político, vinculado à uma intenção, ou o que a autora Santos (2003), caracteriza como “tomar partido” e neste sentido, o tomar partido aqui apresentado pela autora, refere-se ao fato de não se manter apático face à sociedade. Esta reflexão, evidencia que o centro da “ação humana”, é direcionado e jamais despretenhoso face à dinâmica social. Assim, Santos (2003) afirma que, “se ética é uma reflexão crítica sobre determinados valores presentes na ação humana, e se toda ação dos homens sobre a sociedade é uma ação política, há uma intrínseca relação entre ética e política” (Santos, 2003, p. 34).

Inserida na divisão sócio-técnica do trabalho, a profissão carrega consigo um caráter constituído pelo seu movimento interno e externo, ou ainda “endógeno” e “exógeno”, o que lhe permitiu se colocar presente “dentro das relações de poder da sociedade” (Santos, 2003, p. 34). Sua dimensão política emergiu de um processo de intensas mudanças estruturais, bem como o próprio entendimento da categoria do que se configura como a prática profissional. Como bem coloca Santos (2003, p. 34), é um amadurecimento que permite identificar “a quem as respostas profissionais têm atendido prioritariamente”.

A prática do serviço social encerra uma dupla contradição: ao mesmo tempo que responde aos interesses das classes dominantes, no sentido de colaborar com a reprodução das relações sociais, responde também aos interesses das classes subalternas por oferecer serviços que vão ao encontro de suas necessidades de sobrevivência, por meio da execução de políticas sociais implementadas pelo Estado (SANTOS, 2003, p. 35).

Consoante com Santos (2003), a atuação profissional é atravessada pelos interesses sociais dentro do antagonismo das classes e ficará a critério do profissional, de modo estratégico e político, delimitar o sentido de sua prática. Ainda segundo a autora, os fundamentos que se farão presentes na prática profissional, não são particulares apesar da singularidade de cada profissional, mas tais fundamentos fazem “parte de um processo de elaboração coletiva de um projeto profissional” (Santos, 2003, p. 35).

O movimento de renovação do serviço social, na direção de intenção de ruptura, principalmente no período de 1979 a 1985, sem dúvida alguma, foi o marco para a emergência do debate sobre a dimensão ético-política inerente ao exercício profissional dessa categoria. Tal debate se deu em dois sentidos: o de negar o caráter supostamente “apolítico” e “neutro” com que a profissão intervinha na realidade; e o

de afirmar o seu comprometimento com as classes subalternas, fazendo a crítica ao conservadorismo herdado pelo serviço social (SANTOS, 2003, p. 35).

A aproximação da profissão com as lutas e demandas postas pela classe trabalhadora, contribuiu para seu “enriquecimento científico de análise da realidade social”, permitindo assim um “aprofundamento teórico-crítico” (Santos, 2003, p. 35). Durante este processo de amadurecimento e apropriação de um viés ético-político pela profissão, houve o pleno entendimento de que o Serviço Social estava e assim se manteria, ao lado da classe trabalhadora. Porém, Santos (2003, p. 35), sinaliza que existiram alguns “equívocos de interpretação” que ecoaram na intervenção profissional, como por exemplo uma não separação do que era a prática profissional e a militância, uma visão fatalista acerca da sociedade e um desabono de instituições que se mostravam como mercado de trabalho, dentre outros.

A partir da promulgação da Constituição Federal de 1988, Santos (2003), aponta que a ligação da profissão à defesa dos direitos sociais promoveu avanços em relação ao Código de Ética da Profissão, com a revisão de 1986, onde supera-se o conservadorismo ainda que as “dimensões éticas e profissionais”, tenham “deixado a desejar” (Santos, 2003, p. 36). Em seguida, houve a aprovação do novo Código de Ética da Profissão” de 1993, elegendo o ensino da ética como prioridade, alinhada e transversal a outras disciplinas previstas nas novas diretrizes curriculares Santos (2003, p. 36).

2.4 O trabalho com Grupos na atualidade

No período anterior à renovação do Serviço Social, a abordagem no trabalho com grupos era vista, segundo Rodrigues (2025), como um fenômeno social onde os grupos compunham parte de um grande organismo vivo, onde “os integrantes efetuavam determinadas funções em relação aos outros membros” (Rodrigues, 2025, p. 34). Como sendo os grupos parte de um grande organismo, este mesmo organismo era baseado na lógica do capital pelos auspícios do positivismo, onde cada trabalhador fazia sua parte para que houvesse o sucesso na empresa, como se este sucesso fosse algo coletivo Rodrigues (2025, p.35).

Tal visão dos grupos adequa-se aos interesses do ideário burguês, especialmente em relação ao campo da produção capitalista, no qual estes estudos e métodos visavam a

maior eficiência empresarial a partir da participação de trabalhadores e empregadores em direção ao sucesso da empresa, no qual todos os sujeitos desse processo teriam os mesmos objetivos finais (RODRIGUES, 2025, p. 35).

Durante o período de fortes influências do Serviço Social norte-americano e europeu (décadas de 1940 a 1960), o comportamento da profissão em relação ao trabalho de grupos era desenvolvido numa perspectiva paliativa, de acordo com Rodrigues (2025, p. 38-39)

[...] o começo do trabalho com grupos na sociedade estadunidense tinha como finalidades a resolução de problemas pessoais dos integrantes e de possibilitar interiorização, através da interação, dos valores difundidos do país, ao passo de no contexto brasileiro o trabalho com grupos consistiu especialmente de grupos recreativos e de lazer (RODRIGUES, 2025, p. 38-39).

Através dos novos entendimentos do papel da profissão e os movimentos políticos ocorridos na sociedade, tornou-se possível uma prática profissional pautada numa perspectiva de emancipação. Rodrigues (2025, p. 41) aponta que este “processo, conferiu uma nova direção social para a profissão, bem como consolidou a teoria social crítica como hegemônica no Serviço Social, que repercutiu em transfigurações do trabalho profissional, incluindo o trabalho com grupos”.

A negação das vertentes hegemônicas anteriores ainda provocou o distanciamento de técnicas utilizadas previamente, assim alguns setores da profissão passaram a enxergar os grupos como elementos característico das práticas conservadoras do Serviço Social anteriores à nova vertente hegemônica profissional e que deveria ser evitado (RODRIGUES, 2025, p.41).

De acordo com o contexto de ofensiva do neoliberal¹⁹ (Rodrigues, 2025, p. 49 apud Abramides e Cabral, 2019), afirmam que a “reestruturação produtiva” possibilitou uma “acumulação flexível” e acompanhada à ela, uma alta desvalorização do mercado de trabalho com ofertas de empregos informais fora do regime de CLT, contratos temporários e contratação PJ, dentre outros. Este cenário, confere às conquistas sociais um status de “gastos sociais excedentes responsáveis pela ‘crise fiscal’ dos Estados” (Rodrigues, 2025, p. 49).

Tal processo submeteu as políticas sociais às medidas de estabilização econômica em que o âmbito social ficou imputado à filantropia e a solidariedade da sociedade civil, junto de, por parte do Estado, programas seletivos e focalizados quanto ao combate à pobreza, na contramão do estabelecido pela Constituição de 1988. É difundido o pensamento de que o bem-estar social é alçada dos próprios individuais, 50 famílias e comunidades, não devendo o Estado atuar para atender as necessidades sociais, mas ser alcançada por meio do mercado e da filantropia, em detrimento dos direitos sociais (RODRIGUES, 2025, p. 49-50).

¹⁹ O período a que Rodrigues refere-se, é o de intensificação do projeto neoliberal no mundo, em suas palavras ele “é fruto da reestruturação política e ideológica conservadora do capital frente ao decréscimo da rentabilidade e “governabilidade” no contexto da década de 1970 (e no Brasil a partir de final de 1980), marcado pela crise capitalista vivenciada (Rodrigues, 2025, p. 49).

Conforme Rodrigues (2025), o crescimento do Terceiro Setor, está intimamente ligado ao fato de existir um processo que altera completamente o universo do trabalho, ao passo que há uma “despolitização da questão social ao abordá-la afastada do mundo público e das esferas democráticas de representação e de lutas de interesses na relação entre estado e sociedade”. Diante de tais circunstâncias, está posto como desafio para o Serviço Social, a luta contra o sucateamento do próprio exercício profissional, haja vistas que a inserção do empresariado nas camadas de ação junto ao social²⁰, interfere nas relações de trabalho e na dinâmica dos postos de trabalho desses profissionais.

A apreensão das ações filantrópicas das Organizações Não-Governamentais (ONGs) ou do Terceiro Setor, ocorridas na década de 90 no Brasil, obriga ao estudo e à correlação, sobre o significado e características do neoliberalismo, conjuntura à qual se instalou no Brasil. Com frequência, autores que analisam suas determinações históricas (do neoliberalismo), têm referenciado que em fins dos anos 1960 e início dos anos 1970, o capitalismo - que vinha experimentando sua fase madura - passou a sinalizar uma crise no seu padrão de acumulação (NEVES E OLIVEIRA, 2018, p. 4).

Através do percurso realizado até aqui, há um outro e complexo desafio, inerente à profissão que diz respeito à formação: é a sensação de um “despreparo e a criação de subsídios para se pensar o exercício profissional” (Rodrigues, 2025, p. 54). Essa “sensação”, de acordo com a referência à autora Santos (2003), tem relação com o engano, ainda presente na profissão, de considerar as dimensões do trabalho profissional como se uma fosse contrária à outra, ou seja, como se estas fossem descoladas da profissão e da realidade. É importante que haja a compreensão de que as dimensões da profissão são articuladas e “interdependentes umas das outras, apesar de, em determinados momentos, em virtude da conjuntura sócio-político-econômica, [...] haver o destaque de uma dimensão em detrimento das outras” Santos (2003, p.37). Rodrigues (2025, p. 55), afirma que

Acerca da sensação de despreparo instaurada, consideramos que a formação generalista possibilitada pelas Diretrizes Curriculares mune as(os) assistentes sociais para o trabalho nas diversas áreas de atuação e instituições sócio-ocupacionais através da visão crítica engendrada no âmbito da graduação para análise da realidade e possibilidades de trabalho no campo. Assim, o enfoque não direcionado para uma única área (ou dimensão) viabiliza um trabalho com mais capilaridades das políticas sociais e tal sensação, embora não frívola, deve ser uma questão enfrentada durante a formação continuada que o exercício da profissão exige (RODRIGUES, 2025, p. 55).

²⁰ Rodrigues (2025), afirma: Nesta lógica, o que passa a prevalecer são os direitos que estimulam a condição de consumidor. Ressalta-se que nesse quadro, o grande capital ao aplicar-se nos serviços sociais afirmar uma preocupação humanitária, concomitante a expansão dos níveis de rentabilidade das empresas, assim, moralizando sua imagem social, numa nova faceta da velha artimanha de transformar propósitos e interesses de determinadas classes e grupos sociais como sendo propósitos e interesses do conjunto da sociedade (Rodrigues, 2025, p. 51).

Desta forma, o processo sócio-histórico da profissão que inclui o processo formativo de profissionais da área, contempla uma reflexão que perfila a formação à uma totalidade da vida social e política. Rodrigues (2025, p. 55) frisa que: “uma vez que o Serviço Social é chamado a participar no enfrentamento das expressões da questão social, preparando-se para tanto, logo se impõe para a profissão um perfil profissional consoante com os objetivos aludidos no PEPP”. E a ação frente ao trabalho com grupos, está atualmente pautada na reflexão da totalidade, o que engendra uma prática profissional mais crítica e em sintonia com as necessidades dos seus usuários, possibilitando uma perspectiva e sentidos emancipatórios.

Desse modo, como uma potencial ferramenta para o trabalho de assistentes sociais em formação e acima de tudo, para os profissionais que se encontram no âmbito da intervenção, apresentam-se as organizações de bairro compostas por pessoas plurais que configuram o público necessário para que a profissão possa “exercitar suas dimensões teórica, ético-política e pedagógica, tanto por meio da pesquisa concreta de situações concretas [...] como por meio do engajamento em experiências e movimentos organizativos, [...] desvendando as relações entre as macro dimensões da realidade e as fragmentárias demandas profissionais” Mota (2021, p. 62).

CAPÍTULO 3

O PROJETO ÉTICO-POLÍTICO DO SERVIÇO SOCIAL E O TRABALHO COM GRUPOS NO PROJETO CRIA-ATIVA NO QUILOMBO URBANO CASA AKOTIRENE: POTENCIALIDADES EMANCIPATÓRIAS DE ATUAÇÃO PROFISSIONAL

3.1 O projeto ético-político profissional do Serviço Social e seus desafios

O caminho realizado pelos movimentos que ocorriam na América Latina, inferiu na história da profissão sentidos e direções que foram catalisadoras durante o processo de rompimento com o conservadorismo e renovação da profissão, que vinha sendo engendrado desde a década de 1960. Segundo Duarte (2017, p. 177), os anos de 1960 foram “favoráveis para a renovação do Serviço Social, fomentando um processo de questionamento geral e contestação interna, que marcou um contexto de virada crítica na profissão”. A este respeito

Relevante lembrar que, na América Latina, esse processo de renovação adquire contornos específicos, nos quais o Brasil assume um certo protagonismo, particularmente por meio do Movimento de Reconceituação, cobrindo o período específico entre 1965 e 1975. Netto (1998, p. 146) destaca que esse movimento “partilha das mesmas causalidades e características do processo internacional de erosão do Serviço social ‘tradicional’”. No entanto, ao mesmo tempo, a América Latina apresenta peculiaridades próprias, tais como: a dependência norte-americana e as ditaduras instaladas nos países para conter a efervescência dos movimentos sociais e o “perigo” iminente do comunismo (DUARTE, 2017, p.177).

A capacidade de conceber uma ideia e visualizá-la realizada antes de sua ação, é algo inerente e que acomete somente os seres humanos. Duarte (2017, p.180) afirma que “o ato de projetar é necessariamente um ato humano” e isto “requer um certo grau de consciência para a objetivação”. A partir da análise da autora, é importante afirmar que o homem ao modificar a si por meio do trabalho e “intencionalmente a natureza”, este “se torna um ser social” (Duarte, 2017, p. 180).

[...] toda a ação humana - e isso é o que nos afasta e distingue dos outros animais da natureza - é resultado da capacidade do homem de projetar/ conceber na consciência (prévia ideação) o que almeja e objetiva, construindo materialmente (objetivação) aquilo que se deseja para alcançar determinada finalidade (fim) (DUARTE, 2017, p. 179).

Logo, um projeto é idealizado para atingir uma finalidade determinada. Conforme Duarte (2017, p. 180) “um projeto é resultado da dinâmica teleológica e causal, cuja síntese é a objetivação que determina e é determinada pela relação entre objetividade (materialidade

do real [...]) e subjetividade (processo de consciência) humana”. No seio do sistema econômico vigente e das sociabilidades contemporâneas, a realidade socialmente construída coloca sujeitos particulares em uma esfera universal, ou seja, a sociedade capitalista, sendo caracterizada pelas classes onde “universalidade e singularidade se conectam dialeticamente” (Duarte, 2017, p. 181).

É oportuno ressaltar que em uma sociedade de classes, a que detém os meios de produção também detém condições de universalizar sua visão de mundo na direção da manutenção da sua dominação: “as ideias da classe dominante são, em todas as épocas, as ideias dominantes, ou seja, a classe que é o poder material dominante da sociedade é, ao mesmo tempo, o seu poder espiritual dominante” (MARX; ENGELS, 2009, p. 67 apud DUARTE, 2017, p. 181).

Na direção oposta à lógica da sociedade capitalista, o Serviço Social, a partir de “determinadas condições sócio-históricas”, especialmente no contexto do seu movimento de renovação, “aponta caminhos para a construção de projeto crítico de profissão e sociedade” (Duarte, 2017, p. 183).

Duarte (2017, p. 186) e Mota (2003, p. 37), afirmam que as mudanças ocorridas dentro da profissão e fora dela, foram decisivas para o seu processo de Renovação, ou seja, são aspectos endógenos e exógenos que garantem movimentações de caráter autoimplicados. Diante deste panorama, “a crise do Serviço Social “tradicional”, produziu “o caldo cultural que alicerça o projeto ético-político e movimenta a profissão e a sociedade a partir dos anos de 1980 (Duarte, 2017, p. 186).

Questionamentos internos à profissão alteravam decisivamente sua forma de pensar o mundo, o homem, o Serviço Social e a sociedade capitalista, coincidindo com o processo de desmonte da Ditadura e com a ampla mobilização da classe trabalhadora em torno de demandas democráticas e populares reprimidas, no qual o próprio assistente social passa a se reconhecer como parte das camadas trabalhadoras (DUARTE, 2017, p. 186).

Ainda que o processo emergente de renovação, ocorrido no interior da profissão, fosse diverso em suas visões do que deveria ser um novo projeto profissional, houve o início de um processo de “legitimação da profissão no âmbito acadêmico”, acarretando um grande avanço na “produção de conhecimentos a partir da área de Serviço Social, estimulada pelos espaços de pós-graduação” (Duarte, 2017, p.187).

Há de se dar o devido destaque ao outrora mencionado III Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais (CBAS), ocorrido no ano de 1979 e conhecido na atualidade como o “Congresso da Virada”. Consoante à análise de Duarte (2017, p. 188), “o III CBAS

constituiu-se como um “divisor de águas” na trajetória histórica dos congressos e da própria profissão”, assentando neste “solo histórico o projeto ético-político do Serviço Social [...] como um projeto profissional, a partir dos anos de 1990” (Duarte, 2017, p. 188).

Assim, a conformação do Projeto Ético Político do Serviço Social é expressa por sua característica contra-hegemônica fundante, no pacto entre “os componentes que o materializam no processo sócio-histórico da profissão” (Braz; Teixeira, 2009, p. 224).

O referido projeto perpassa e concretiza-se, do ponto de vista legal, no Código de Ética (1993), na Lei de Regulamentação da Profissão (Lei nº 8.662/1993), nas Diretrizes Curriculares da Formação Profissional (1996), na Política de Estágio Supervisionado (2010), na Lei das 30 horas (Lei nº 12.317/2010) e em vários documentos e legislações não específicas. Nestas, a profissão teve participação ativa no processo de elaboração para a garantia de direitos, tais como o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), a Lei Orgânica de Assistência Social (Loas), dentre outros. Todas essas foram ações concretas que fortalecem a direção política da profissão, contrária à ordem do capital (DUARTE, 2017, p. 189).

Reiterando sua possibilidade de atuação, o Código de Ética Profissional (1993) fornece aos profissionais um aparato legal que potencializa suas vias de intervenção, bem como amplia os horizontes profissionais. Pensando num contexto de trabalho multiprofissional onde o Serviço Social dialoga com outros campos e agentes, vale frisar sua potencialidade local (como é o caso do Quilombo Urbano Casa Akotirene a ser tratado adiante), como também em diversos espaços de luta e reivindicação de liberdades sociais. Outrossim, espaços com essa característica demandam um olhar mais crítico e um saber teórico-metodológico afinado com a resistência.

O Serviço Social é uma profissão que tem condições objetivas, por meio das suas dimensões da prática profissional (analisadas no capítulo anterior) de atuar na direção do enfrentamento das expressões da questão social e de forma crítica, conforme o Projeto Ético-Político Profissional. Assim, a aproximação e o trabalho realizado em organizações que defendem interesses dos/as trabalhadores/as se vinculem a Movimentos Sociais só reforça seu compromisso com a classe trabalhadora e com outra ordem societária.

A liberdade é um valor ético central; a defesa dos direitos humanos; a ampliação e consolidação da cidadania; o aprofundamento da democracia; o posicionamento em favor da *equidade e justiça social*; a eliminação de todas as formas de preconceito e o respeito à diversidade; a garantia do pluralismo; o compromisso com a qualidade dos serviços prestados; a articulação com outras categorias profissionais e a luta pela construção de uma *nova ordem societária*. (CFESS, 2003, p. 9-11 - grifos da autora apud DUARTE, 2017, p. 189).

O Código de Ética do Assistente Social (1993), em seu Artigo 12º trata sobre a participação de assistentes sociais na forma de seus direitos profissionais, sendo uma delas: “b) apoiar e/ou participar dos movimentos sociais e organizações populares vinculados à luta pela consolidação e ampliação da democracia e dos direitos de cidadania” (CFESS, 1997, p. 28).

Duarte (2017, p. 189) explica que “os projetos profissionais se conectam de forma indissociável a interesses mais gerais da sociedade, por meio da sua vinculação e compromisso com um projeto societário”. Isto, concebe ao Serviço Social uma profundidade que não lhe permite ir contra a classe trabalhadora por exemplo, bem como lhe engendra “uma ineliminável dimensão política” (Duarte, 2017, p. 190). Ainda que o projeto ético-político seja inter-relacionado com a sociedade, ele não possui característica de exclusividade, é aí que se manifesta a sua pluralidade. Neste sentido, Duarte (2017) analisa que

[...] o projeto ético-político pode conviver com o pluralismo de ideias e posturas teórico-metodológicas e ético-políticas no cotidiano profissional, abrindo espaço para o debate, o confronto e a disputa de ideias e projetos individuais, profissionais e societários [...] mesmo um projeto que conquiste hegemonia nunca será exclusivo (DUARTE, 2017, p. 190).

Assim, a autora explica ainda que

[...] esse projeto ético político está em processo, afirmando princípios e valores no seu cotidiano, vivenciando uma luta de ideias e posturas em que o assistente social pode fortalecê-lo, ou não, de acordo com suas ações, sua apreensão ídeo-política e teórico-metodológica, bem como conforme suas condições objetivas traçadas pelo capitalismo contemporâneo (DUARTE, 2017, p. 190).

O Projeto Ético Político do Serviço Social, na contemporaneidade, enfrenta vários desafios a partir das mudanças cotidianas na sociedade. Duarte (2017, p. 191) destaca que ao passo que a sociedade se modifica, a profissão busca, através de suas concepções teórico-metodológicas e ético-políticas, construir estratégias oportunas e particulares à profissão, afirmando seu compromisso contra-hegemônico na reprodução da vida social da classe trabalhadora. Isto imprime desafios, não somente no campo do trabalho profissional, mas também, no campo da formação profissional. Duarte (2017, p. 191) analisa que: “atualmente, é o binômio crise e reestruturação capitalista que vem imprimindo *novos contornos às condições objetivas e subjetivas do seu trabalho*, às necessidades sociais dos usuários e às demandas e requisições profissionais, com incidências contundentes nas respostas da profissão”.

Duarte (2017, p. 192) aponta que a inserção da profissão na dinâmica social, que resulta do capitalismo contemporâneo, situa-a na “condição assalariada”, ou seja, insere o(a) assistente social nos mais diversos e plurais espaços de trabalho. Desse modo, as instituições “acabam por estabelecer: intensidade, jornada de trabalho e metas a cumprir”, o que configura “implicações no processo de autonomia relativa para o projeto ético-político profissional” (Duarte, 2017, p. 192).

Dentre as diversas formas de precarização do trabalho desenvolvido pelo(a) assistente social, Duarte (2017, p. 192) reflete acerca da “tendência destrutiva no mundo do trabalho”, que implica diretamente nas questões de saúde desses profissionais. Com reflexões atemporais, Duarte (2017, p. 194) confirma que “diante das tendências regressivas atuais, *no campo da formação, os desafios são inúmeros*”.

Um exemplo é a exigência de um perfil profissional cada vez mais direcionado para habilidades e competências voltadas para a lógica do mercado, sendo capaz de ser mais competitivo e, ao mesmo passo, adaptar-se às alterações de seu tempo, respondendo de forma imediata e sem reflexão às demandas (im)postas pelos empregadores (DUARTE, 2017, p. 194).

A formação e o exercício profissional têm diante de si, desafios que vão se renovando com as ofensivas do capitalismo contemporâneo e das tentativas de desmonte tanto na formação, quanto no fazer profissional. Duarte (2017, p. 195) aponta que “os desdobramentos da contrarreforma da Educação Superior e da sua lógica expansiva direcionada para os interesses do mercado”, prejudica a “articulação entre ensino, pesquisa e extensão”, bem como dificulta a “implementação das Diretrizes Curriculares para o Curso de Serviço Social”, ainda afetando o “projeto ético-político profissional”.

À profissão e aos seus profissionais, cabe o papel de resistir e enfrentar os desafios cotidianos. De acordo com Duarte (2017, p. 196), “*o processo de resistência não se constitui como um movimento linear, mas dinâmico, contraditório*, marcado por avanços e recuos, conquistas e derrotas”. Ou seja, as movimentações no interior da profissão são desafiadoras e a sociedade por si só, a partir das suas contradições, demandará dos profissionais a necessidade de “fortalecer, de forma criativa e corajosa, a luta e o processo de resistência do Serviço Social e fora dele, através das entidades organizativas da profissão” (Duarte, 2017, p. 196).

Duarte (2017, p. 197) infere que para a defesa de um “projeto crítico, fruto de um Serviço Social renovado”, é necessário “alimentar-se da realidade” que os profissionais se defrontam cotidianamente e que são intrínsecas ao “exercício profissional e a formação da profissão”. Para que se mantenha viva essa perspectiva, no sentido de emancipação, é importante considerar toda a potencialidade da profissão e do seu projeto ético político, sendo necessário arrojarse “do suporte teórico-metodológico da tradição marxista”, a fim de apreender à fundo toda a contradição inerente à sociedade a qual estamos inseridos enquanto profissionais e partícipes da classe trabalhadora. O sentido deve ser o de “buscar, na *indignação e na inquietação cotidiana*, estratégias para ousar e firmar compromissos” (Duarte, 2017, p. 197).

3.2 O Trabalho com Grupos no Projeto Cria-Ativa no Quilombo Urbano Casa Akotirene: potencialidades emancipatórias de atuação profissional de assistentes sociais

O Trabalho com Grupos na atualidade tem apontado significativo caminho e perspectivas para o Serviço Social em seu compromisso mais amplo com a sociedade e seus usuários. Retomando Rodrigues (2025, p.41), com a construção do Projeto Ético Político, através das “alterações na forma que os grupos eram tomados por meio de um processo de profunda ressignificação [...] foram oferecidas novas perspectivas para o trabalho com grupos na profissão”. Diante dos avanços no trabalho e na formação profissional a partir do Projeto Ético Político, realizaremos reflexões e relações com o trabalho realizado no Projeto Social Cria-Ativa no Quilombo Urbano Casa Akotirene.

O Quilombo Urbano Casa Akotirene é um espaço situado na Região Administrativa Ceilândia e tem como proposta ser um ambiente de resistência, tendo como figuras centrais mulheres negras, ao passo que formula estratégias de acolhimento para as mesmas, bem como para pessoas LGBTQIAPN+. A Instituição é hoje um espaço coletivo e plural que visa construir estratégias na e para a comunidade local, com seu público no sentido de resgate e preservação de uma memória negra, construção de narrativas próprias e promoção de troca de saberes, formação para o mercado de trabalho, capacitação e acolhimento.

O Quilombo Urbano tem como missão ampliar sua atuação junto à comunidade e em outros territórios, promovendo ações de caráter social, cultural e formativo. Para isso,

estabelece parcerias com diferentes movimentos culturais da região, visando à construção de um conjunto integrado de atividades. Como parte desse esforço, foram implementadas campanhas voltadas ao cuidado com a saúde mental da população negra, com o objetivo de enfrentar o racismo e a discriminação, bem como de minimizar os impactos psicossociais decorrentes da pandemia e do período de isolamento social.

Durante o ano de 2024 e 2025, realiza-se o projeto social Cria-Ativa no Quilombo Urbano Casa Akotirene. Este projeto é voltado para a capacitação de crianças, jovens, adultos e a melhor idade, com o objetivo de potencializar o desenvolvimento de habilidades como música, informática, costura e barbearia. Cabe destacar que o projeto foi iniciado em abril de 2024 e tem a previsão de ser encerrado em setembro de 2025.

O projeto tem como escopo, a capacitação de pessoas através de cursos sendo estes: de cortes de cabelo e serviços voltados à barbearia; customização e ajustes em peças de vestuário com foco na técnica de upcycling que prevê a redução no desperdício de roupas; ensino de noções básicas de música e instrumentos musicais; letramento digital com foco na capacitação para o mercado de trabalho e o desenvolvimento de uma rede jovens e mulheres empreendedoras locais.

A equipe responsável pela execução do projeto é composta pela presidente da instituição Jocilane Marques Pereira que atua como coordenadora Geral, Maria Paula Cândido Reis coordenadora financeira e por mim Beatriz Maria dos Santos enquanto coordenadora executiva²¹. O Projeto é patrocinado pela Fundação Banco do Brasil e os dados aqui apresentados, tem a finalidade de evidenciar o potencial transformador de organizações locais que possuem um notório histórico de luta pela garantia de direitos das pessoas de suas comunidades.

Neste sentido, o projeto prevê algumas metas que devem ser cumpridas ao longo de 18 meses (período de duração do projeto), abaixo é exposto um quadro comparativo, evidenciando as metas previstas e a fase em que se encontram até o momento de apuração dos dados coletados no relatório parcial. Quadro com as seguintes metas:

²¹ Jocilane Marques Pereira é Educadora Popular, Especialista em Direitos Humanos, produtora cultural e mobilizadora comunitária. Maria Paula Cândido Reis é formada em Linguística e Tradução pela Universidade de Brasília e audiodescritora certificada desde 2014. Beatriz Maria dos Santos é Gestora de Projetos pela Umanitar Academy, produtora cultural e elaboradora de projetos.

Quadro 1 – Metas previstas e Resultados alcançados no Projeto Cria Ativa

Metas previstas no Projeto	Resultados Alcançados ao longo de 13 meses de realização do Projeto (medida em %)
Capacitar 45 alunos nas técnicas fundamentais de corte de cabelo e serviços relacionados à barbearia	93,33% (42 pessoas alcançadas)
Capacitar 45 participantes a realizarem customizações e ajustes em peças de vestuário e importância do upcycling na redução do desperdício.	75,56% (34 pessoas alcançadas)
Capacitar 45 participantes em noções básicas de música e instrumentos	51,11% (23 pessoas alcançadas)
Capacitar 45 participantes em noções básicas de informática, editores de texto e planilhas.	77,78% (35 pessoas alcançadas)
Realizar 12 eventos de mobilização para desenvolvimento da rede de mulheres e jovens empreendedores	16,67 % (3 eventos realizados até o momento)

Fonte: dados próprios da instituição que estão em fase de elaboração e que farão parte do relatório final do projeto.

Alguns medidores do relatório parcial, fazem referência direta ao cotidiano das atividades realizadas, onde se observa mais detalhadamente como é identificada a progressão de cada curso individualmente. Por exemplo, em relação ao curso de informática as aulas trazem o objetivo de preparar a juventude para o uso de tecnologias fornecendo uma base sólida em habilidades digitais essenciais para o mercado de trabalho atual.²²

²² O foco inicial foi a alfabetização digital, com conteúdos que cobrem o uso de ferramentas básicas, como navegação na Internet, manuseio de e-mails e utilização de softwares como Word, Excel e Power Point. O objetivo foi garantir que todas/os/es tivessem a autonomia necessária para usar a tecnologia em contextos profissionais, como na criação de currículos, pesquisa de oportunidades de emprego e desenvolvimento de negócios online. Essa capacitação tem sido fundamental para aumentar a confiança e a autonomia de cada

O curso de corte e costura está em fase de finalização e as aulas são voltadas para a produção de peças personalizadas, onde mulheres da comunidade realizam a confecção de peças utilizando técnicas básicas de costura como a leitura de moldes, reaproveitamento de matéria-prima por meio do upcycling e a utilização/ manipulação das máquinas de costura. Além disso, estão sendo introduzidas às participantes, consultoria e debate sobre como potencializar suas oportunidades no mercado da moda personalizada e sustentável.

O curso de barbeiro, é o curso em estágio mais avançado e está progredindo para a finalização. O curso é focado no ensino de técnicas de corte de cabelo com diferentes texturas e barba, além de instruções sobre segurança e manipulação de objetos perfurocortantes e o seu descarte adequado. Homens e mulheres tiveram participação ativa nas aulas, compondo inclusive uma turma majoritariamente composta por mulheres. O curso cria também, oportunidades tanto para o trabalho autônomo quanto para o ingresso dos participantes em barbearias da região como já nos foi relatado.

Há um universo de 108 pessoas atendidas pelo Projeto Cria-Ativa que têm diferentes perfis e faixas etárias. Os dados coletados foram retirados do relatório parcial de impacto²³ do Quilombo Urbano Casa Akotirene, em que constam dados sobre *Gênero, Raça/ Cor, Idade e Escolaridade* relativos aos usuários do projeto social. A partir deste documento foi possível traçar um panorama do perfil das pessoas atendidas pelo projeto. O relatório parcial de impacto começou a ser desenvolvido por mim durante o período de setembro de 2024 a maio de 2025, como consta no painel abaixo.

participante no ambiente digital, permitindo que sigam para níveis mais avançados de informática ao longo do curso e após o término.

²³ O presente relatório está em fase de construção e encontra-se em fase de elaboração, pois o projeto tem a duração de 18 meses. Os dados coletados são referentes ao período de setembro de 2024 a maio de 2025, uma vez que o relatório final será apresentado entre os meses de setembro e outubro de 2025, com as informações sobre o atingimento das metas previstas no plano de trabalho apresentado pela instituição para a patrocinadora.

Figura 1 – Relatório de Execução do Projeto Cria Ativa



Fonte: Sistema de Gerenciamento de Projetos, Fundação Banco do Brasil

Ancorado nos pressupostos que compõem o Projeto Ético Político do Serviço Social, a análise desses dados trouxe pontos de reflexão acerca da vida social e dos espaços coletivos e populares, tendo como exemplo o Quilombo Urbano, uma vez esta instituição é um espaço em que há cotidianamente contato com diversas frações da sociedade e acesso a diferentes expressões da questão social. Existem perfis de crianças que são orientadas pelos pais a participar das atividades promovidas como atividade complementar para serem realizadas no contra-turno da escola; como também há o caso de jovens que veem no espaço um ambiente seguro para conviver e se desenvolver enquanto sujeitos, seja por vivenciarem relações de violência com seu grupo familiar, ou porque buscam através das atividades oferecidas uma forma de oportunizar condições diferentes de vida.

As dimensões teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa do Serviço Social podem contribuir muito com o trabalho efetivado nesses espaços de acolhimento, fornecendo mais do que ações pontuais ou ainda “o lugar onde se distribui cesta básica”. Isto porque em instituições como o Quilombo Urbano há uma potencialidade transformadora que se aproxima o Projeto Ético Político do Serviço Social, favorecendo a relação, por exemplo, com a “defesa dos direitos humanos; a ampliação e consolidação da cidadania; o aprofundamento da democracia; o posicionamento em favor da *equidade e justiça social*; a

eliminação de todas as formas de preconceito e o respeito à diversidade [...]” (CFESS, 1997, p. 17), conforme o Código de Ética dos Assistentes Sociais.

[...] diversas formas de prática trazem em si *projeções individuais e coletivas* desenvolvidas pelos diversos sujeitos individuais e coletivos, que participam dos variados interesses sociais. No caso do Serviço Social, tanto no plano ideal (das ideias) quanto no plano prático, os sujeitos que nele intervêm procuram lhe imprimir uma determinada direção social, que atende aos diversos interesses sociais que estão em jogo na sociedade (políticos, ideológicos, econômicos etc.) (CFESS, 2009, p. 221).

O trabalho com grupos não prevê uma atuação terapêutica conjunta, mas um alcance no sentido de concepções, ideias e tomadas de decisão numa perspectiva onde majoritariamente, os membros deste grupo estejam alinhados. De acordo com a Lei de Regulamentação da Profissão nº 8.662/1993 Artigo 4º, é atribuído à profissão como competência:

I - elaborar, implementar, executar e avaliar políticas sociais junto à órgãos da administração pública, direta ou indireta, empresas, entidades e organizações populares; II - elaborar, coordenar, executar e avaliar planos, programas e projetos que sejam do âmbito de atuação do Serviço Social com participação da sociedade civil; III - encaminhar providências, e prestar orientação social a indivíduos, grupos e a população; [...] V - orientar indivíduos e grupos de diferentes segmentos sociais no sentido de identificar recursos e de fazer uso dos mesmos no atendimento e na defesa de seus direitos; (BRASIL, 1997, p. 39).

Conforme o Gráfico 1, o trabalho institucional é realizado, em sua maioria com pessoas entre 13 e 18 anos, representando a maior fração do conjunto de usuários, o que implica uma adesão da juventude à espaços de desenvolvimento comunitário e de capacitação. O que caracteriza-se como estratégia para que a juventude tenha opções outras que os afastem do contato com a realidade violenta das periferias que insistem em se apresentar como opção de ascensão social, sendo também, resultado de um perverso processo de criminalização da juventude periférica.

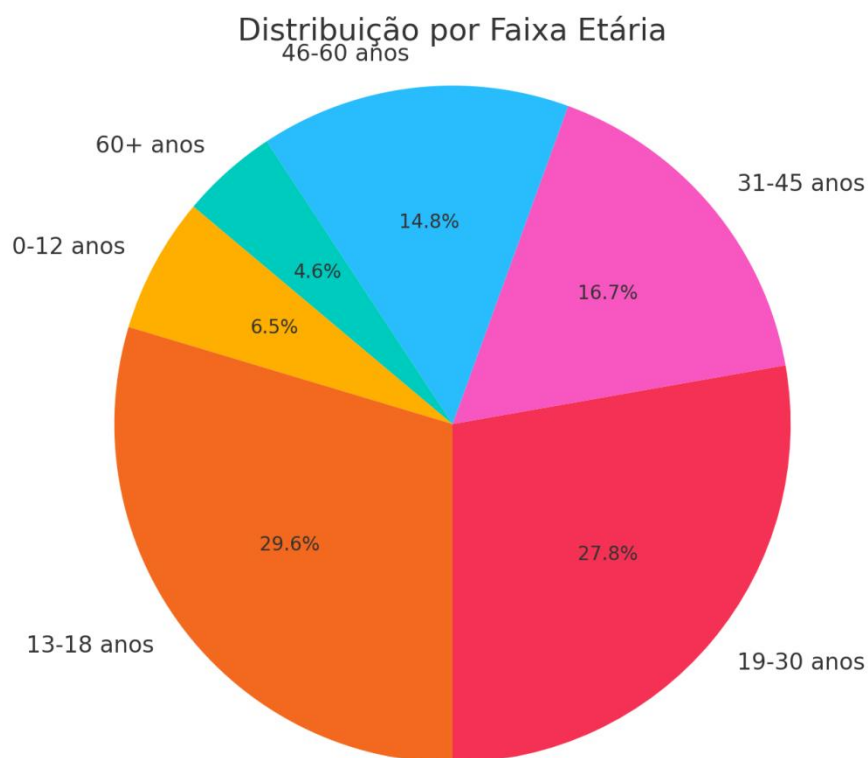


Gráfico 1 - Distribuição por faixa etária, agrupando as pessoas conforme a sua idade atual, calculada a partir das datas de nascimento.

Fonte: Relatório de Impacto Social Projeto Cria-Ativa, Quilombo Urbano Casa Akotirene, 2025

O Gráfico 1 ainda mostra a inclusão de pessoas com idades variadas entre 30 e 60 anos como usuários do projeto social. Assim, o trabalho realizado pelo projeto evidencia que o processo de envelhecimento pode ser menos solitário e mais qualitativo para as essas pessoas, configurando um espaço de acolhimento e convivência.

De acordo com o Gráfico 2, em todas as categorias de usuários, a participação feminina se mostra majoritária, trazendo como reflexão que ainda nos espaços comunitários e de bairro, a presença de mulheres em idades variadas, são maioria entre o público. Porém, isso não significa dizer que a participação masculina é insuficiente, apesar de não representar grande parte do público atendido, os homens tem configurado um crescente grupo que inspira ações e expectativas de participação mais profunda.

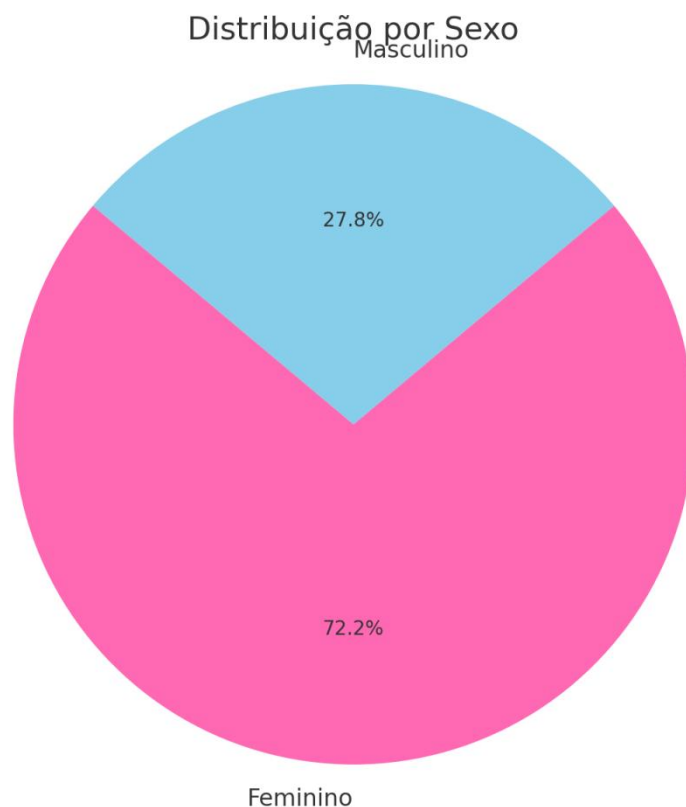


Gráfico 2 - Distribuição por sexo, permitindo visualizar a proporção entre indivíduos do sexo feminino e do sexo masculino.

Fonte: Relatório de Impacto Social Projeto Cria-Ativa, Quilombo Urbano Casa Akotirene, 2025.

No que se refere à escolaridade, o Gráfico 3 apresenta que o maior contingente de pessoas se encontra entre dois dados importantes: os que concluíram ou ainda estão cursando o ensino médio; e os que ainda se encontram na etapa do Ensino Fundamental²⁴, compondo um potente grupamento que através dessa observação, têm em comum uma trajetória a ser escrita pela frente ou uma trajetória a ser modificada através de espaços como o Quilombo Urbano.

²⁴ Em relação a este dado, existe um recorte de pessoas que não completaram o Ensino Fundamental, o que importa dizer que acima de tudo, são pessoas que ainda enxergam nesse espaço um potencial de aprendizado e sua condição de não alfabetizados, não configura um empecilho, muito pelo contrário, espaços como o do Quilombo Urbano Casa Akotirene são extremamente necessários pois congregam pessoas que não estão inseridas em ambientes formais de debate coletivo, é uma forma que alcançar pessoas que por questões de vida não puderam usufruir de uma educação formal independente do contexto. Deixo aqui uma breve passagem que pode futuramente, ser melhor aprofundada no que tange os acessos à educação das pessoas na periferia.

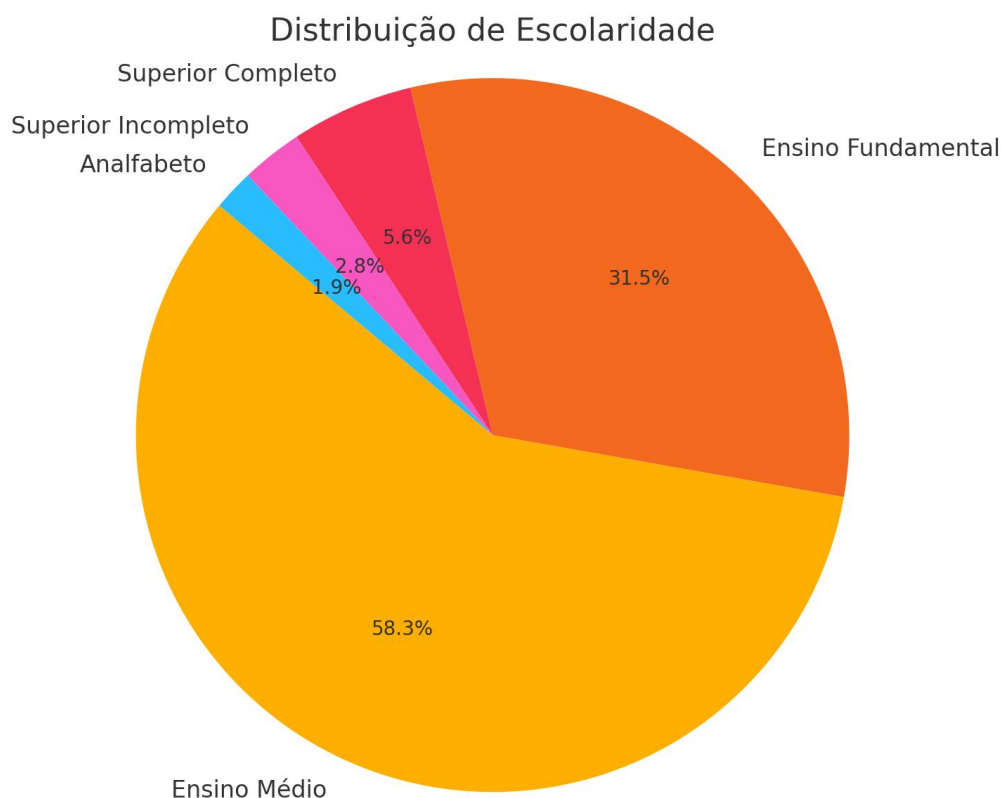


Gráfico 3 - Distribuição de escolaridade das pessoas incluídas no relatório analisado. Observa-se que a maioria possui Ensino Fundamental, indicando um predomínio desse nível de instrução entre os registros.

Fonte: Relatório de Impacto Social Projeto Cria-Ativa, Quilombo Urbano Casa Akotirene, 2025.

Conforme o Artigo 5º do Código de Ética do Assistente Social (Brasil, 1993, p. 24), o trabalho profissional deve “g) contribuir para a criação de mecanismos que venham desburocratizar a relação com os usuários, no sentido de agilizar e melhorar os serviços prestados”. De acordo com o artigo, pode-se inferir que a aproximação do profissional com as organizações locais, e seus agentes profissionais, torna possível elaborar ações concretas na direção social comum, tendo como aliado o Serviço Social enquanto profissão comprometida com a luta cotidiana pela qualidade da prestação de serviços sociais.

Rodrigues (2025, p. 43), analisa em seu trabalho que são evidenciados “seis aspectos importantes para pensar o grupo na abordagem de grupos”. Destacamos alguns, pensando no contexto estudado:

[...] a Identidade Grupal, que consiste na cristalização das características que constituem a aparência para o grupo, relaciona-se diretamente com o sentido de pertencimento – quando integrantes sentem que fazem parte do grupo e que sua presença é primordial para o trabalho –. [...] a Comunicação, referente as falas e expressões, constituem um componente primordial para formação da identidade grupal, uma vez que é vital para o trabalho “fluidez de opiniões, ideias e valores” coletivamente combinados com os objetivos intentados (RODRIGUES, 2025, p. 43).

Através de espaços de construção coletiva, como o Projeto Social Cria-Ativa no Quilombo Urbano Casa Akotirene, o Serviço Social têm como potencialidade, no trabalho com grupos, o estímulo de debates acerca de direitos sociais, podendo aglutinar diversos perfis compostos de diferentes faixas etárias numa direção sócio-política equânime “aos objetivos aludidos no Projeto Ético Político Profissional” como discute Rodrigues (2025, p. 55), reforçando, ainda, o “alinhamento da profissão com a realidade social”.

A perspectiva emancipatória no trabalho com grupos na realidade do Quilombo Urbano Casa Akotirene, se constitui como uma realidade que desafia a profissão de Serviço Social a ocupar espaços locais, comunitários, no sentido de contribuir com a atenção às demandas emergentes da classe trabalhadora. É importante destacar que, ao criar vínculo com o Serviço Social, estas instituições vinculadas a Movimentos Sociais adquirem também uma configuração fundamental na luta cotidiana da população contra as opressões sociais em suas mais diferentes formas. É uma maneira de contribuir com um espaço em que o público pode descortinar estigmas e criar uma identificação com o espaço, com a comunidade e consigo próprio enquanto sujeitos sociais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A formação sócio-histórica do Serviço Social nos apresenta uma profissão que tem como característica principal, a capacidade de se perfazer ao ponto de jamais reduzir-se a um mero regulador das mazelas sociais. Ao longo do tempo a profissão esteve sob os auspícios da Igreja Católica, sendo utilizada como ferramenta de doutrinação e intervenção religiosa no cotidiano da classe trabalhadora, visando a harmonia e a manutenção de uma burguesia parasitária. As nuances conferidas ao Serviço Social através do seu extenso e não imediato processo de renovação, imprimem reflexões e direções sociais que revela ao profissional, uma atuação e direção ético-política, teórico-metodológica e técnico-operativa atrelada aos interesses da classe trabalhadora, como também, localiza a profissão no sentido de contribuir com as lutas sociais no seio da sociedade capitalista contemporânea.

Tendo como panorama as lutas promovidas pelos movimentos sociais, o Serviço Social pôde realizar o seu processo de renovação, fruto dos “influxos dos processos revolucionários ocorridos em toda a América Latina” (Guerra e Ortiz, 2009, p. 125). A partir deste processo, hoje a profissão traz como bagagem, concepções inerentes às construção de uma nova ordem societária, sem dominação-exploração de classe, etnia e gênero (CFESS, 1997, p. 18) e isto é refletido no seu cotidiano profissional através da identificação de espaços com potencialidades de emancipação da classe trabalhadora.

Conforme abordado nos capítulos anteriores deste estudo, a trajetória da profissão atinge sua maturidade e rompimento com o conservadorismo, através de um amplo processo de transformações ocorridas dentro do Serviço Social e também fora dele, bem como na plena compreensão do seu objeto de trabalho. A intelecção das dimensões técnico-operativa, teórico-metodológica e ético política como dimensões mútuas, tornou possível ao Serviço Social munir-se de ferramentas que lhe permitisse apreender todo o complexo movimento da sociedade e de seus sujeitos integrantes.

Assim, compreendendo os espaços coletivos e organizativos presentes na sociedade civil, o objetivo proposto neste trabalho, foi identificar as potencialidades do trabalho com grupos para o Serviço Social enquanto um instrumental de viés emancipatório, no contexto do Projeto Cria-Ativa, que está em desenvolvimento no Quilombo Urbano Casa Akotirene.

A perspectiva deste Trabalho de Conclusão de Curso incide na possibilidade emancipatória do trabalho com Grupos em Organizações da Sociedade Civil. O exemplo em questão o Quilombo Urbano Casa Akotirene apresenta através de números conferidos no Relatório de Impacto do Projeto social Cria-Ativa aspectos importantes da relação com o trabalho profissional de Assistentes Sociais.

Através da análise dos dados presentes no relatório parcial de impacto social, foi possível identificar que a instituição atua com pessoas de diversas faixas etárias e que apresentam diversas nuances da questão social em seu cotidiano enquanto sujeitos inseridos na dinâmica societária atual, revelando assim um complexo de expressões da questão social.

O contexto observado no relatório parcial, inscreve como potenciais eixos para o trabalho de assistentes sociais na instituição, o trabalho com grupos pautados em indicadores sociais que se destacam como: a) debates sobre as questões de gênero abordando a forma que esses papéis são hoje reproduzidos na sociedade; b) raça e etnia, promovendo um profundo debate sobre o letramento racial e as potencialidades presentes no combate ao racismo estrutural; c) envelhecimento da população, abordando a perspectiva deste processo como um processo menos solitário garantindo que a população presente neste nicho possa vivenciar essa fase com dignidade e atenção necessárias; d) trabalho com crianças e adolescentes²⁵ no sentido de reafirmar o princípio fundamental do Serviço Social, na prática profissional comprometida com a “ampliação e consolidação da cidadania” (CFESS, 1993, p.17), ancorada no Projeto Ético Político da Profissão, no Código de Ética do Assistente Social na aplicabilidade do Artigo 15º diante do Estatuto da Criança e do Adolescente (SINASE, 2016, p. 52), compondo o arcabouço regulatório da atuação do Assistente Social com o público atendido pela instituição.

Considerando estes eixos potenciais para o trabalho de Assistentes Sociais, é notório o potencial de trabalho com grupos numa perspectiva emancipadora, uma vez que a pluralidade de pessoas alcançadas pelo projeto garante a ponte que impulsiona a aplicabilidade do Projeto Ético Político da Profissão, configurando assim, um horizonte que a longo prazo, trará

²⁵ A título de conhecimento, a Lei Nº 8.069 de 13 de Julho de 1990, o Estatuto da Criança e do Adolescente em seu Artigo 3º aponta que: “A criança e o adolescente gozam de todos os direitos fundamentais inerentes à pessoa humana, sem prejuízo da proteção integral de que trata esta Lei, assegurando-se-lhes, por lei ou por outros meios, todas as oportunidades e facilidades, a fim de lhes facultar o desenvolvimento físico, mental, moral, espiritual e social, em condições de liberdade e de dignidade (SINASE, 2016, p. 49).

benefícios para a comunidade de forma geral, assim como abrirá portas para trabalhos multi-profissionais.

Desta forma, sem a pretensão de esgotar os debates e potencialidades do tema, identifica-se no contexto do tema estudado que a característica mais relevante do potencial para o Serviço Social no trabalho com grupos, é a possibilidade de uma atuação que acompanha a sociedade contemporânea em suas transformações cada vez mais aceleradas e que demandam da profissão e de seus profissionais respostas equânimes às particularidades das relações sociais. Assim, também destaca-se o potencial do trabalho multi-profissional com outras áreas do conhecimento como por exemplo, a psicologia, a pedagogia, a saúde e outras, visando uma atuação e desenvolvimento em rede.

Referências bibliográficas

ANTUNES, André; GUIMARÃES, Cátia; PASSOS, Juliana. 5 Anos de Covid-19 no Brasil: um balanço do legado da maior crise sanitária da história do país. EPSJV/ Fiocruz, 25/02/2025. Disponível em: <https://www.epsjv.fiocruz.br/noticias/reportagem/5-anos-de-covid-19-no-brasil>. Acesso em: 04 de junho de 2025.

BRASIL. Código de Ética do Assistente Social. Lei 8.662/93 de regulamentação da profissão. - 3. ed. rer. e atual. - [Brasília]: Conselho Federal de Serviço Social, [1997].

BRASIL. Consolidação das Leis do Trabalho: aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1943. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-5452-1-maio-1943-415500-publicacaooriginal-1-pe.html>

BRASIL. Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo: marcos normativos nacionais e internacionais / [Claúdio Augusto Vieira da Silva, coordenador]. - Brasília: Universidade de Brasília, CEAG, 2016. 340 p.

BRAZ, Marcelo; TEIXEIRA, Joaquina Barata. O Projeto Ético Político do Serviço Social. In: Serviço Social: Direitos Sociais e Competências Profissionais. Brasília, CFESS, ABEPSS, 2009.

CARDOSO, Priscilla F. G. 80 anos de formação em Serviço Social: uma trajetória de ruptura com o conservadorismo. In: Serviço Social e Sociedade. n. 127. São Paulo: Cortez, p. 430-455, 2016. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/sssoc/a/j87K7xkFQgWzfNDGpqr8hnd/?format=pdf&lang=pt>

DUARTE, Janaína L. do N. Potencialidade dos fundamentos para uma formação crítica do assistente social. In: Anais do 7º Encontro Internacional de Política Social e do 14º Encontro Nacional de Política Social. Vitória: UFES, 2019, p. 1-15. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/einps/article/view/25768>

DUARTE, Janaína L. do N. Notas sobre o Projeto Ético-Político Profissional: fundamentos, construção e desafios. Revista Em Pauta. Rio de Janeiro, v. 15, n. 39, p. 176-200, 2017. Disponível em: <http://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/revistaempauta/article/view/30382>.

GUERRA E ORTIZ. Yolanda; Fátima Grave. Os caminhos e os frutos da “virada”: apontamentos sobre o III Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais. In: Revista PRAIAVERMELHA / Rio de Janeiro / v. 19 no 2 / p. 123-136 / Jul-Dez 2009.

IAMAMOTO, Marilda Vilela; Carvalho Raul de. Relações sociais e serviço social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica/ Marilda Vilela Iamamoto, Raul de Carvalho. - 19. ed. - São Paulo: Cortez; [Lima, Peru]: CELATS, 2006.

MOTA, Ana Elizabete; AMARAL, Ângela. Serviço Social Brasileiro: cenários e perspectivas nos anos 2000. In: Serviço Social Brasileiro nos anos 2000: cenários peijas e desafios. Recife: Editora UFPE, 2014, p. 23-44.

MOTA, Ana E. Crise sanitária, políticas públicas e sociabilidade: desafios ao Serviço Social Brasileiro. In: Diálogos do cotidiano do Assistente Social – reflexões sobre o trabalho profissional. Caderno 1. Brasília: CFESS, 2021, p. 47-63.

NEVES E OLIVEIRA, Sueiny Larissa de Sousa; Karla Vianna Azevedo de. A Prática do/da Assistente Social no Terceiro Setor como luta e resistência. Anais do 16º Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social - ENPESS, 2018. UFESS, Vitória - ES.

NETTO, José Paulo. Capitalismo Monopolista e Serviço Social. 2. Ed. – São Paulo: Cortez, 1996.

NETTO, José Paulo. Ditadura e serviço social [livro eletrônico]: uma análise do serviço social no Brasil pós - 64 / José Paulo Netto. -- 1. ed. -- São Paulo : Cortez, 2017.

RODRIGUES, Guilherme do Nascimento. Serviço Social e o instrumental técnico-operativo: a abordagem de grupo no desenvolvimento da profissão. Trabalho de Conclusão de Curso. Departamento de Serviço Social - Universidade de Brasília, 2025.

SANTOS, Cláudia M. As Dimensões da Prática Profissional do Serviço Social. In: Revista Libertas. V. 3, n. 2. Juiz de Fora: UFJF, 2003, p. 23-42.